



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



ASPECTOS DA ANÁFORA ASSOCIATIVA

por

MARIA JOSÉ DA SILVA LOPES

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lícia Maria Bahia Heine

SALVADOR
2007



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



ASPECTOS DA ANÁFORA ASSOCIATIVA

por

MARIA JOSÉ DA SILVA LOPES

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lícia Maria Bahia Heine

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

SALVADOR
2007

AGRADECIMENTOS

À professora orientadora Lícia Heine, por acompanhar o meu percurso acadêmico desde o Curso de Graduação em Letras, na Universidade Estadual da Bahia, em Alagoinhas. Ela vem me orientando com segurança, muita responsabilidade e dedicação; a ela atribuo os méritos pela realização deste trabalho;

A Sr. Pedro Augusto, que sempre incentivou as orientandas da Professora Dr^a Lícia Heine, acolhendo-as em sua casa;

Ao meu grande amigo Idelfonso Barbosa dos Santos Filhos que me acolheu em sua casa durante o período do mestrado na UFBA;

A minha irmã Vanuza Silva Santos que me deu a maior força para o término deste trabalho;

A minha grande amiga Lealcy Melo Moraes Catão, que sempre esteve me apoiando, em todos os momentos difíceis da minha vida;

À professora Maria de Fátima Berenice da Cruz, pela força e pelo exemplo de profissionalismo e amizade;

À professora Áurea Pereira dos Santos, pela companhia e luta na trajetória de Alagoinhas para Salvador;

A todos os meus colegas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, em especial a Eliete Diniz, Palmira Heine e Sávio;

A Dália e Natal da xerox da UFBA, pela amizade e cuidado que tiveram comigo durante esse período de estudo;

Às professoras Ângela Poggio, Rosauta Poggio e Teresa Leal que com muito trabalho fizeram a revisão gramatical deste trabalho;

À professora Rosauta Poggio;

À professora Teresa Leal;

A Deus, pela vida e por todos os momentos do Mestrado, pois é Nele que está a minha fortaleza.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal o estudo das anáforas associativas, alicerçando-se, em particular, nos estudos de Apothéloz e Heine. Pauta-se, sobretudo, nas suas duas principais ocorrências: a concepção estreita e a larga, que, respectivamente, processam ligaduras textuais, por meio de relações meronímicas e relações voltadas, em especial, para os fenômenos sócio-discursivos. Ressalta-se a importância que as referidas anáforas exercem na progressão textual, contribuindo, de forma substantiva para o seu processamento como um todo e, de forma indireta, para conscientizar a necessidade de se trabalhar, no ensino de línguas, com os paradigmas formal e funcional, oriundos da Ciência da Linguagem. Com base nos pressupostos da Linguística Textual hodiernos, caracterizados pela concepção de referenciação, tem como *corpus* dois exemplares de *O Estado de São Paulo*, extraídos do *site* desse Jornal. Os resultados apontam para uma sensível diferença no uso dessas anáforas indiretas (não correferenciais), em se tratando do gênero textual jornalístico, que evidencia menor presença da anáfora associativa meronímica.

Palavras-chave: *Anáfora associativa; Cognitivo; Não-correferencial; Texto; Progressão textual.*

ABSTRACT

This work is aimed at studying associative anaphoras with particular basis on the studies of Apothéoloz and Heine. It is based on their two main occurrences: the narrow and wide conceptions, which, respectively, process textual links through meronymical relations and other relations concerning socio-discursive phenomena. It evidences the important role that such anaphoras play in the textual progression, thus contributing to its processing as a whole, and, indirectly, to the need of working, in language teaching, with the formal and functional paradigms, resulting from the Science of Language. Based on the current fundamentals of the Textual Linguistics, characterized by the conception of references, the research *corpus* is two issues of *O Estado de São Paulo*, taken from the newspaper site. The results lead to a great difference in the use of these indirect anaphoras (non co-referential) in the textual newspaper genre, which shows a smaller number of meronymical associative anaphoras.

Key words: Associative anaphora; Cognitive; Non co-referential; Text; Textual progression

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Características do paradigma funcional	21
QUADRO 2- Características do paradigma formal	22
QUADRO 3- Funções da linguagem	26
QUADRO 4- Percurso do texto	30
QUADRO 5- Categorias dos fatores de coesão	47
QUADRO 6- Distinção entre a anáfora associativa estreita e a larga	55
QUADRO 7- Manchetes dos textos selecionados – jornal 1	62
QUADRO 8- Manchetes dos textos selecionados – jornal 2	62

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Ocorrências da anáfora associativa	JORNAL 1	71
TABELA 2 - Ocorrências da anáfora associativa	JORNAL 2	71

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1- Ocorrência da anáfora associativa	JORNAL 1	72
GRÁFICO 2- Ocorrência da anáfora associativa	JORNAL 2	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
1.1 ASPECTOS DA LINGÜÍSTICA FORMAL	15
1.1.1 Reflexões sobre a lingüística saussuriana	15
1.1.2 Reflexões sobre a lingüística chomskiana	17
1.2 ASPECTOS DA LINGÜÍSTICA FUNCIONAL	19
1.2.1 A Escola Lingüística de Praga	22
1.2.2 As funções da linguagem	24
1.2.3 As principais características do Funcionalismo	27
1.2.4 A Lingüística de Texto	29
1.2.4.1 O percurso da Lingüística Textual	32
1.2.4.2 Considerações sobre o hipertexto	41
2 ASPECTOS ANAFÓRICOS NO TEXTO	46
2.1 A ANÁFORA <i>STRICTO SENSU</i>	46
2.2 A ANÁFORA <i>LATO SENSU</i>	51
2.3 A ANÁFORA ASSOCIATIVA	53
2.3.1 As concepções da anáfora associativa	53
2.3.2 Concepção estreita da anáfora associativa	56
2.3.3 Concepção larga da anáfora associativa	57
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	61
3.1 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	61
3.1.1 Tratamento preliminar dos dados	61
3.1.2 Distribuição dos dados em categorias anafóricas	63

3.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE	63
4 ANÁLISE DOS DADOS	67
4.1 ASPECTOS GERAIS	67
4.2 AS OCORRÊNCIAS ASSOCIATIVAS	68
4.2.1 A anáfora associativa: concepção estreita	73
4.2.2 A anáfora associativa: concepção larga	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	95

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação, intitulada “Aspectos da anáfora associativa”, faz um estudo voltado para a investigação dos elos anafóricos, isto é, aqueles que não recuperam referentes pontualizados no texto. Para tanto, pautou-se nas duas principais ocorrências da anáfora: a concepção estreita e a larga, por meio de relações meronímicas e por relações voltadas em especial, para os fenômenos sócio-discursivos, tendo como base os pressupostos da Linguística Textual, ou seja, uma das ramificações do paradigma funcional da linguagem, que tem no texto o seu objeto de estudo. Essa concepção filia-se à Escola Linguística de Praga, no que se refere ao estabelecimento de uma pertinência comunicativa, que melhor permite compreender a natureza e dinâmica da linguagem (MARTINET, 1994 apud HEINE, 2000).

O *corpus* foi construído de seis exemplares do jornal *O Estado de São Paulo*, extraído do site www.oestadodesaopaulo.com.br, que apresenta um material de análise propício a um enfoque lingüístico no âmbito desse tipo de texto.

Nesta pesquisa, salienta-se, então a relevância da referenciação anafórica, que constitui um dos mais importantes processos cognitivo-discursivos. Trata-se de um aspecto comum do comportamento humano, visto que o objetivo da língua escrita ou falada é a comunicação. Assim, para que as pessoas se comuniquem, é preciso que elas indiquem sobre quem ou sobre o que estão falando. Apesar de o ato de referir-se a pessoas, coisas, lugares e idéias esteja presente, em todos os momentos da vida dos homens, o processo de referenciação é extremamente complexo; por isso, não pode ser considerado apenas como um fenômeno lingüístico. Sobretudo, não é aceitável interpretar também a referenciação como um mero procedimento de etiquetagem dos seres. O fenômeno da referenciação é mais abrangente, perpassa os níveis lingüísticos: discursivo, cognitivo, interativo e pragmático. Desse modo, a concepção de inferência apresenta-se também como um conceito essencial para a análise dos dados, que focaliza os conhecimentos de mundo e os conhecimentos partilhados entre os interlocutores do discurso.

Alicerçado na proposta da não correferencialidade anafórica de Heine (2000), e de Apothéloz (1995), o conceito de anáfora transcende a concepção clássica, pautada na contribuição de Halliday e Hassan (1976), que a limita no campo do co-texto, para inseri-la num escopo mais amplo, visto que a anáfora não se restringe apenas aos elementos gramaticais, realizando-se também por itens lexicais alicerçados pelos fenômenos pragmático-discursivos.

Dessa forma, os estudos sobre anáfora associativa abrangem desde uma concepção estreita até uma concepção larga do fenômeno. Autores como Kleiber, Schenedeker e Ujma (1991, p. 44), que defendem a concepção estreita, postulam que a relação associativa é dotada de natureza léxico-estereotípica. A segunda concepção, que é uma abordagem larga, propõe relações de cunho discursivo-pragmático.

Nesse ínterim, o objetivo deste estudo é investigar a anáfora, no seu aspecto funcional, tendo como hipóteses: (a) o processo anafórico se estabelece a partir de associações semânticas e cognitivas realizadas pelos interlocutores do discurso; (b) o processo anafórico não se restringe apenas à operação que condiciona a presença de um SN-fonte como elemento *sine qua non* à sua consumação; (c) o processo anafórico associativo, na sua concepção estreita, se efetiva por meio de operações meronímicas; (d) o processamento do texto ocorre através da coesão seqüencial e referencial.

O interesse pelo tema surgiu nas aulas da Prof.^a Dr.^a Lícia Maria Bahia Heine, quando docente de Lingüística, na Universidade do Estado da Bahia, do acompanhamento dos seus cursos resultou a elaboração desta Dissertação de Mestrado.

A importância deste estudo se justifica por constituir-se a anáfora num dos mecanismos centrais de organização textual, que contempla, por meio de suas estratégias de referenciação, a competência comunicativa do usuário da língua, o que, de certa forma, valoriza os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (PCNs), abrindo espaço para reflexões lingüísticas voltadas para as questões discursivas.

Por ser um aspecto fundamental da língua, esse assunto tem atraído o interesse de muitos pesquisadores, que buscam compreender melhor a coesão e a coerência dos textos, visto que existem diversas formas de expressões nominais e uma escolha mal sucedida pode interferir na compreensão do texto; daí percebe-se a importância atribuída às escolhas do produtor de um texto.

No que tange à constituição formal deste trabalho, ele consta de uma Introdução, quatro capítulos, a saber: Pressupostos Teóricos, no qual se abordam os aspectos da Lingüística Formal e da Lingüística Funcional; O processo anafórico no texto, trazendo conceitos para a anáfora *strictu sensu* e *lato sensu* e da anáfora associativa; Aspectos Metodológicos, capítulo que descreve o *corpus* e explica como os dados são analisados e Análise dos dados, em que se estudam os dados, classificando-os em anáfora associativa com concepção estreita e anáfora associativa concepção larga. Finalmente, registram-se as Considerações finais e as Referências.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, são feitas considerações sobre o Formalismo e o Funcionalismo Lingüístico. Em um primeiro momento, focalizam-se reflexões que marcaram a lingüística formal, no que se refere às concepções de língua adotadas nos trabalhos de dois grandes autores teóricos, a saber: Saussure e Chomsky. Em um segundo momento, a partir da concepção de seu objeto de estudo, discutem-se alguns princípios teóricos dos estudos funcionais, que servem de fundamentação para a pesquisa que ora se apresenta.

1.1 ASPECTOS DA LINGÜÍSTICA FORMAL

1.1.1 Reflexões sobre a lingüística saussuriana

A Lingüística Formal deixou um legado muito importante sobre a ciência da linguagem. Com o aparecimento da Lingüística moderna, a partir da publicação da obra *Cours de Linguistique Générale* sobre os ensinamentos de Saussure, em 1916, três noções básicas caracterizaram a evolução da lingüística do século XX: sistema, estrutura e função. Deve-se a ele a noção de sistema. Saussure apresentou a língua como um sistema de signos, cujos elementos priorizam o todo em relação aos elementos que o constituem.

Para a compreensão dos fenômenos lingüísticos, Saussure elegeu como noção central a noção de valor, que só pode ser compreendido à luz de distinções teóricas que se apresentam a seguir.

O conceito dicotômico de *langue* e *parole*, em Saussure, constitui uma grande novidade com relação à Lingüística de cunho diacrônico, preocupada em procurar as causas das mudanças históricas nos deslizamentos de pronúncia, nas associações espontâneas e na ação da analogia, e que era, por conseguinte, uma lingüística do ato individual. Saussure parte da metáfora do “jogo de xadrez”, ilustrando uma de suas maiores dicotomias.

Ferdinand de Saussure (1916) enfatizou a visão sincrônica da linguagem em contraste com a visão diacrônica. Com a visão sincrônica, Saussure procurou entender a estrutura da linguagem como um sistema em funcionamento, em um dado ponto do tempo. Em relação à perspectiva diacrônica, estudam-se as mudanças que a língua sofre ao longo de um determinado período. O termo “sistema” foi substituído pelo termo “estrutura”, visto que um

conjunto de elementos agrupa-se num todo organizado, partindo daí para fazer uma análise da estrutura.

Até Saussure, nenhuma escola lingüística refletiu sobre a separação entre a dimensão individual e social da linguagem, ou seja, ele priorizou o estudo da língua com relação à fala. Refletindo-se sobre a metáfora do jogo, tem-se outra tese defendida por Saussure: é a de que a descrição de um sistema lingüístico não é a descrição de um elemento e sim a descrição de sua funcionalidade e pertinência. Em outras palavras, a matéria de que são feitas as peças conta menos do que a função que lhes é atribuída, convencionalmente (ILARI, 2004, p. 59).

Assim, toda teoria científica que surge como inovadora caracteriza-se por propor um novo enfoque sobre o objeto estudado. Para Saussure, a noção de valor é esse enfoque, que ressalta a natureza dos signos lingüísticos, dando ênfase ao fato de que a relação significante/significado deve ser considerada à luz do sistema lingüístico, no qual o signo se insere, e não das situações práticas, em que a língua intervém ou das realidades extralingüísticas de que permite falar (ILARI, 2004, p. 53).

Essa idéia contraria as relações que a língua mantém com o mundo, estabelecendo uma prioridade lógica às relações no interior do sistema. É nesse sentido que Benveniste¹ (1989) fez uma crítica ao estruturalismo, quando negligencia o papel preponderante que o sujeito desempenha na fala e os diferentes papéis que os falantes assumem na interlocução.

Outra crítica feita ao estruturalismo diz respeito à distinção entre diacronia e sincronia. Constata-se que a Lingüística Formalista seguia a orientação fortemente sincrônica, tanto em suas abordagens quanto em seus pressupostos. Isso significa relegar os fatores históricos a segundo plano ou levá-los à exclusão. Percebe-se que, para os estudos de fatos lingüísticos, a diacronia e a sincronia não podem na prática ser tão separadas, como admitiu Saussure, pois as línguas têm um passado, e o estado sincrônico é uma função desse desenvolvimento.

Coseriu (1978 apud ILARI, 2004, p. 81) observa que a todo o momento, em qualquer língua, convivem mecanismos gramaticais e recursos lexicais, que são frutos de diferentes momentos da história. Para ele, o lingüista convive com pancronias, que se realizam através de um dado fenômeno lingüístico, conjugando os aspectos sincrônicos e os diacrônicos.

Deve-se a Saussure a noção de sistema da língua, que visa ao todo em relação aos elementos que o compõem. Quando Saussure propôs a distinção *langue* e *parole*, fez da língua o objeto de estudo da Lingüística, ou seja, o mestre genebrino defende que “a língua

¹ Émile Benveniste (1989) aperfeiçoou e divulgou o programa saussuriano; publicou *Problemas de Lingüística Geral* e finalmente mostrou que algumas estruturas centrais em qualquer língua deixam de fazer sentido, se a língua for descrita sem referência à fala.

seria o objeto de estudo da Lingüística por excelência, é a linguagem menos a fala” (PINTO 2004, p. 48).

O estruturalismo possui também uma vertente norte-americana, cujo principal mentor é Bloomfield. Nos moldes bloomfieldianos, a Lingüística alicerçou-se numa perspectiva descritivo-behaviorista, em que o comportamento humano é explicado a partir das situações que ora se apresentam dependentes de fator externo. O exercício da fala é uma reação ao estímulo, ou seja, um comportamento adquirido, com realização efetiva, apenas em termos de estímulo e resposta. Assim, os bloomfieldianos explicam o processo de aquisição da língua pela imitação e memorização, atribuindo, desse modo, à experiência a responsabilidade da produção lingüística, sem considerar a criatividade lingüística de todo ser humano.

1.1.2 Reflexões sobre a lingüística chomskiana

Foi durante os anos cinqüenta do século XX, que a Lingüística saiu dos padrões estruturalistas e se inseriu no arcabouço da gramática gerativo-transformacional, de autoria do lingüista norte-americano naturalizado, Avran Noam Chomsky (HEINE, 2000, p. 61). O Gerativismo, retomando, em suas bases teóricas, uma concepção racionalista², iniciada no século XVI, representou uma ruptura com a Lingüística Estruturalista como era praticada, ou seja, alicerçada numa concepção mais empiricista de fazer ciência.

Em 1970, predominava o modelo teórico da chamada versão “padrão” da Gramática Transformacional, que priorizava a sintaxe de uma língua, tendo como parâmetro a competência lingüística de um falante ideal. Chomsky fundamentou sua teoria geral da linguagem numa hipótese inatista. Para ele, o fato empírico central para os lingüistas é a aquisição da linguagem pelas crianças, mesmo sabendo que elas, sendo expostas a poucos dados, passam a dominar todos os mecanismos estruturais da língua de sua comunidade. Chomsky revolucionou a Lingüística Estrutural ao substituir, entre outros, a sua base filosófica e o seu objeto de estudo, que passou da língua à competência lingüística, que (...) “é o conhecimento que o falante tem do sistema lingüístico de sua língua” (LOBATO, 1986, p. 48). A linguagem, por sua vez, é concebida como um fenômeno específico ao homem, portanto, não é um sistema adquirido por meio de estímulos e respostas, como salientou

² O Racionalismo foi uma corrente filosófica que predominou no século XVII; iniciou-se com René Descartes (1596-1650) e deu ênfase ao conhecimento, **salientando** sobre o papel da mente na aquisição do conhecimento.

Bloomfield. Para Chomsky, a linguagem humana é uma espécie de sistema cognitivo, caracterizado por certas propriedades genéticas e inatas, melhor dizendo, um fenômeno humano universal.

As propostas de Chomsky divergem do estruturalismo em alguns pontos. Em primeiro lugar, o objeto de estudo do estruturalismo, como foi dito anteriormente, era a língua, entendida como (...) “*a totalidade dos enunciados que podem ser feitos numa comunidade lingüística*” (BLOOMFIELD apud BORGES NETO, 1926, p. 47). A atenção de Chomsky se volta para a dotação genética de um falante nativo, isto é, para a sua gramática universal, entendida como o próprio conhecimento inato dos falantes / ouvintes, caracterizador da faculdade da linguagem. Chomsky mantém a análise dos constituintes imediatos, que constitui a primeira etapa da gramática gerativa, assim como a exigência da precisão, que o levou à formalização de seu modelo. Em contrapartida, ele condena a segmentação dos enunciados de um *corpus*, sem buscar reconstituir as regras que permitem a todo falante produzir um número infinito de enunciados gramaticais, e que constituem a competência lingüística,

A gramática gerativa contribuiu para o ensino de língua, mas deixou muitas falhas quanto à metodologia, embora nunca fosse a intenção de Chomsky fornecer uma teoria fundamentada numa nova metodologia de ensino. Não obstante, não se pode duvidar de que suas ideias tenham orientado as pesquisas numa nova direção para novas técnicas pedagógicas, condenadas muito sutilmente pelos estruturalistas. Há objeções quanto à gramática gerativa, tais como: ela utiliza um aparato formal tão abstrato e complexo, que não poderia ser aplicado tal como é apresentado; descreve tão somente a competência lingüística comum a todos os indivíduos, que falam uma língua, que lhes permite construir um número infinito de orações gramaticais, mas deixa para outra etapa o estudo do desempenho; a gramática gerativa atém-se, em geral, à discussão da oração, e, por conseguinte, não fornece informações sobre a estrutura do diálogo e do parágrafo. Enfim, Chomsky, ao fazer uma crítica severa ao modelo de aprendizagem de Skinner, não apresentou uma solução alternativa válida para a sua teoria.

A teoria funcionalista é uma dessas tendências, apesar do seu surgimento não ser tão recente. Conforme Pezatti (2004, p. 166), houve uma reatualização de seus princípios. De certo modo, para muitos estudiosos como DeLancey (2001), o funcionalismo moderno é, de certa forma, um retorno à concepção dos lingüistas que antecederam Saussure, tais como Whitney, von der Gabelentz e Hermann Paul, que enfocaram os fenômenos sincrônicos e

diacrônicos, no fim do século XIX, visto que deveriam explicar a estrutura lingüística em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais.

Aos poucos, o estruturalismo e a teoria gerativa começaram a receber críticas que provocaram o surgimento de várias tendências. Os trabalhos dos funcionalistas ofereceram aos lingüistas um feixe acentuado de disciplinas distintas, a saber: a Sociolingüística, a Análise do Discurso, a Pragmática, a Lingüística Textual e a Análise da Conversação.

1.2 ASPECTOS DA LINGÜÍSTICA FUNCIONAL

A Lingüística Funcional é uma abordagem alicerçada na perspectiva de estudar a língua como meio de interação social, cuja principal função é promover a comunicação. Dá-se prioridade ao estudo dos princípios e estratégias, que governam o uso comunicativo natural, sendo a expressão lingüística estudada a partir de suas ocorrências em situações contextuais bem definidas. Deve-se fazer esse estudo dentro do quadro do uso comunicativo da língua, postulando que essa não pode ser considerada como um objeto autônomo, mas uma estrutura submetida às situações comunicativas, que exercem grande influência sobre sua estrutura lingüística.

Assim, o funcionalismo faz uma análise da estrutura gramatical, mas levando em consideração a situação comunicativa, ou seja, a intenção do ato de fala, as pessoas envolvidas e o contexto discursivo.

Segundo Heine (2000, p. 31), no funcionalismo lingüístico, a língua não é considerada em si mesma e por ela mesma, como pretenderam os predecessores estruturalistas, mas, dentro de um feixe de dados, que constituem o fenômeno comunicativo. Têm-se como exemplos o código verbal e não verbal; a adequação lingüística, face às condições sócio-culturais, em que ocorre a comunicação, a fim de obtê-la de forma eficaz; a capacidade de organizar textos coesos e coerentes; a escolha dos textos, tendo em vista os propósitos comunicativos mediatos e imediatos dos seus interlocutores.

Conforme Halliday (1985, p. 13), a gramática funcional deve estar centrada numa abordagem, que focaliza a linguagem em uso, e que tudo nela pode ser explicado através da referência de como a língua é usada em contextos de situações. A perspectiva funcional, para Halliday, está ligada a questões sócio-culturais, por meio das quais constituir-se-ia o ponto central para interpretação da língua como sistema.

Para Martinet (1994, p. 85-86), o termo *funcional, função e funcionalismo* esclarecem como as unidades lingüísticas podem servir a várias significâncias, configurando, pois, a ampla esfera do seu domínio polissêmico. Afirma, também, que a lingüística funcional, enquanto paradigma de pesquisa lingüística filia-se à linha da fonologia de Praga. Assim faz a seguinte afirmação:

Os enunciados lingüísticos se analisam por referência ao modo como contribuem para o processo de comunicação. A escolha do ponto de vista funcional deriva da convicção de que toda a investigação científica parte do estabelecimento de uma pertinência e que é a pertinência comunicativa que melhor permite compreender a natureza e a dinâmica da linguagem. Todos os traços desta serão, pois prioritariamente identificados e classificados por referência ao papel que desempenham na comunicação da informação (MARTINET, 1995, p. 86-87).

A visão dinâmica da língua representa o centro dessa linha de estudo, e acaba por considerar a sincronia, no seu eixo dinâmico, visto que a língua, mesmo em determinado estado lingüístico, permanece em constante ação. Na acepção de Martinet (1995), a sincronia, na sua acepção dinâmica, constitui-se a diferença singular entre os enfoques lingüísticos anteriores, denominados *formalismos lingüísticos*, e a prática funcionalista da linguagem.

Em seguida, far-se-ão as seguintes abordagens para uma melhor compreensão do funcionalismo lingüístico: Cotejo entre o funcionalismo e formalismo lingüístico; A Escola Lingüística de Praga; As funções da linguagem e as características do funcionalismo lingüístico.

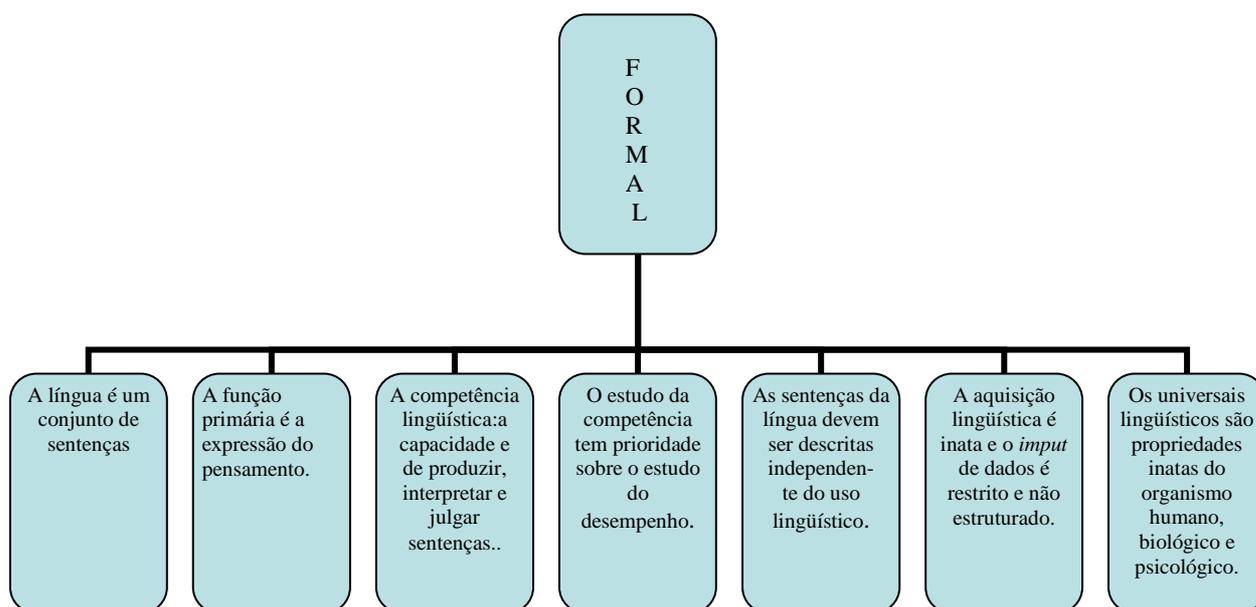
Os estudos dos primeiros sessenta anos do século XX, obtiveram um avanço extraordinário, contudo limitados, nas pesquisas que confinaram a Lingüística à abstração, conferindo-lhe, assim, o *status* de lingüística autônoma. Esse fato está representado através de duas abordagens da história lingüística: o estruturalismo e o gerativismo lingüístico. Como foi visto anteriormente, são duas linhas que se opõem entre si, em alguns aspectos teóricos, porém a língua - idealização do objeto da lingüística torna próximos os seus principais representantes.

O Funcionalismo tende a considerar a língua como instrumento de comunicação social, da qual deriva, a partir da forma lingüística, em que estudam apenas os elementos lingüísticos *stricto sensu* e a sua relação no processo comunicativo. Em contrapartida, o formalismo tende a considerar a língua como fenômeno mental, centrando-se no estudo da forma lingüística (HEINE, 2000, p.25). Para o formalismo, a língua é autônoma e, conforme os estudos saussurianos, deve-se limitar ao estudo da forma e não da substância. Para a

Linguística, era preciso a existência de objeto e métodos próprios, que excluíssem qualquer esforço disciplinar, ou seja, ela deveria apenas estudar a forma linguística, representada pela fonética, fonologia, morfologia e sintaxe (DILLINGER, 1991, p. 397 apud HEINE, 2000, p. 26).

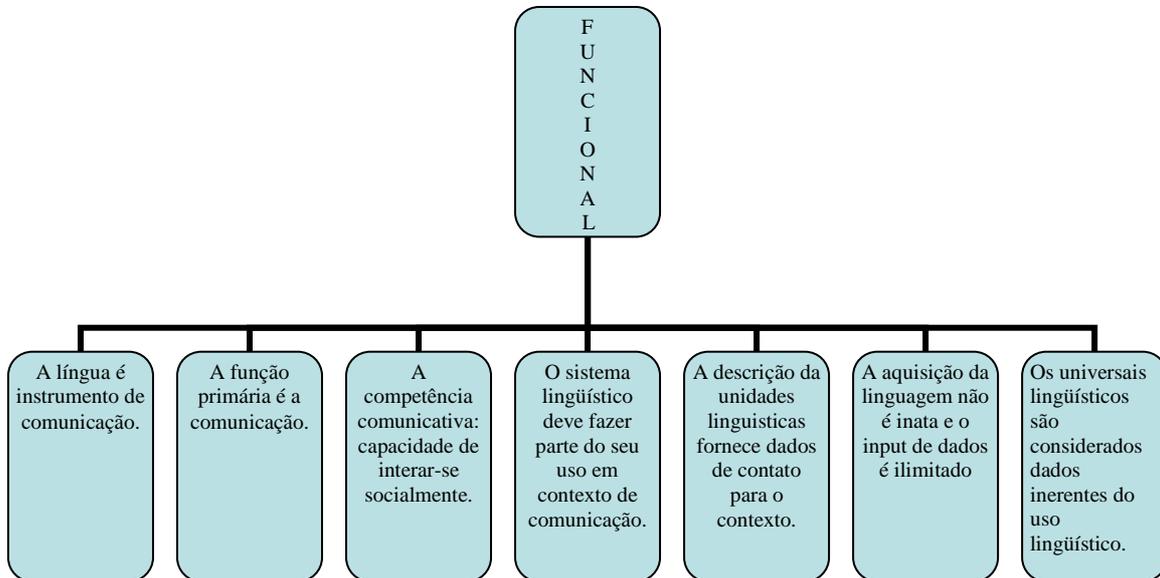
Essas considerações acima citadas vêm sendo aprimorados por Halliday (1976, 1985), Dik (1981), Figueroa (1994) e Neves (1994,1997). Apresentar-se-á o quadro nº 1 com o cotejo desses dois paradigmas³:

QUADRO 1 – Características do paradigma formal



³Cotejo apresentado pela professora Dr^a Lícia M^a Bahia Heine em sua Tese (2000, p.30)

QUADRO 2 – Características do paradigma funcional



Quanto à relação entre sintaxe, semântica e pragmática, acrescenta-se a esse quadro esquemático que, no formalismo, a sintaxe é autônoma com relação à semântica; sintaxe e semântica, quanto à relação entre sintaxe, semântica e pragmática, as prioridades vão para a sintaxe, passando pela semântica, até chegarem à pragmática. Para o funcionalismo, a pragmática é o quadro no qual devem ser estudados a sintaxe e a semântica. Daí o porquê dessas serem subordinadas à pragmática.

1.2.1 A Escola Lingüística de Praga

O funcionalismo se consolidou com o Círculo Lingüístico de Praga fundado em 1926 e a Escola Britânica representada por M.A.K. Halliday. Depois de 1970, recebeu vários adeptos em muitos países. O conceito de funcionalismo em Lingüística está ligado, no século XX, à primeira Escola de Praga, que teve como principais precursores: Trubertzkoy, Lepschy, Martinet e Jakobson, principais estudiosos do pensamento dessa escola.

A *Escola Lingüística de Praga* foi uma das vertentes estruturalistas mais expressivas. Seu mentor foi Mathesius (1964) e teve como integrantes principais: Havránek (1928),

Horálek (1967), Novak e Sgall (1922), Trnka (1971), Vachek (1966). Teve também participantes estrangeiros, como os franceses Tesnière (1959), Martinet (1976; 1994; 1995), Benveniste (1989; 1995) e o austríaco Bühler (1965) e os russos Jakobson (1989) e Trubetzkoy (1939). Os pesquisadores de Praga ultrapassaram o conceito de comunicação de Saussure, (...) *ao realçar importância ao contexto verbal ou não-verbal, inclusive o conhecimento respectivo dos interlocutores, para a interpretação das unidades lingüísticas* (ILARI, 1992, p. 25). Dessa maneira, as frases são vistas como unidades portadoras de informações, as quais se estabelecem ligações referenciais, quando remetem para o contexto de situação, e ligações co-textuais, quando apontam para o elemento lingüístico propriamente dito, rejeitando-se, assim, as frases idealizadas e construídas em laboratório. Os estudos funcionalistas consideram as frases usadas no processo comunicativo. Assim, a frase era analisada não apenas nos níveis sintáticos, morfológicos e semânticos, mas também no pragmático. Trata-se, portanto, de uma nova abordagem da frase, na qual se focalizam novos elementos constitutivos, a saber: tema e rema. O primeiro se refere ao aspecto estático, porque define o conteúdo a ser veiculado; o segundo, ao aspecto dinâmico, pois a partir do tema constrói-se novos textos, ou ainda, são retextualizados. Esse procedimento desenvolve uma lingüística da *fala* e não uma lingüística da língua (ILARI, 1992, p. 25).

Outro aspecto pertinente à Escola de Praga se refere à concepção de sincronia, que é também interpretada não como estática, tal como Saussure, mas essencialmente dinâmica. No estudo das relações que estabelecem enunciados, enfatizam-se as relações referenciais, em particular, a co-referência vista como um dos principais fatores de coesão textual. Os pronomes não constituem uma seqüência de frases em texto. O texto é resultado de um “múltiplo referencial”, por esse motivo, a acepção de texto a seguir, (...) *é uma sucessão de unidade lingüística mediante uma concatenação pronominal ininterrupta*” (HARWEG apud KOCH, 2004, p. 4).

Dessa forma, o estudo das relações referenciais limitava-se aos processos correferenciais (anafóricos e catafóricos). Quase não se mencionavam os fenômenos remissivos não-correferenciais, as anáforas associativas e indiretas, dêixis textual e outros que hoje constituem alguns dos principais objetos de estudo da Lingüística Textual.

1.2.2 As funções da linguagem

Bühler, psicólogo, austríaco, participante do Círculo Lingüístico de Praga, foi precursor do funcionalismo lingüístico, deu à Lingüística uma feição diferente dos estudos estruturalistas de seus contemporâneos, pois via a função como um elemento essencial à linguagem, ao observar a estrutura do ato lingüístico, constituída basicamente de alguém que fala de algo para outrem (emissor-conteúdo-receptor), propôs uma classificação triádica para as funções da linguagem (HEINE, 2000, p. 42):

- (a) função de representação, ligada à coisa de que se fala, o locutor pretende, ou transmitir um elemento, ou obter uma informação, ou intimar uma ordem;
- (b) a função de expressão, referente à pessoa que fala, a língua torna sensível ao esforço unificador do espírito, introduzindo a unidade na multiplicidade dos dados empíricos: a essência da linguagem é, assim, um ato de representação do pensamento;
- (c) a função de apelo, relacionada ao ouvinte: utilização de um sistema para a transmissão de uma mensagem. Essa mensagem constitui a análise de uma experiência qualquer em unidades lingüísticas, a fim de permitir aos homens entrar em relação uns com os outros.

Segundo Bühler (1965), essas funções não são excludentes, ou seja, num enunciado, elas podem realizar-se de forma recíproca, destacando a supremacia da função representativa que, segundo ele, constitui a atividade humana. Mais tarde, esses termos foram substituídos, respectivamente, por sintoma, em virtude de dependência do emissor; símbolo, em virtude de sua ordenação referente a objetos e relações; sinal, em virtude de sua apelação ao ouvinte.

Os lingüistas de Praga retomaram e ampliaram a noção de função: para eles, a língua deveria ser entendida como um sistema funcional, no sentido de que é utilizada para um determinado fim. Foi Roman Jakobson, lingüista de origem russa, que estendeu a noção de função da linguagem a outras funções que levam em conta os participantes da interação, como a metalingüística, referente ao nível de linguagem que fala sobre a linguagem; função poética, denominada de função arte; função fática, caracterizada por manter e estabelecer o relacionamento social fundamentado pela comunicação. Considerando que o trabalho de Jakobson represente um alongamento das funções da linguagem, antes feito por Bühler, a sua obra é de relevância, porque faz uma inter-relação entre as funções e elementos da comunicação (PEZATTI, 2006, p.106).

Em outras palavras, para Jakobson (1989), a cada termo constitutivo do processo lingüístico está ligada uma função. O predomínio do referente corresponderia à função denotativa, cognitiva, referencial. A função dita expressiva ou emotiva é centrada no locutor e apresenta a expressão direta da atitude do sujeito a respeito daquilo de que fala. A orientação no sentido do ouvinte corresponde à função conativa, enquanto a função fática é útil para a manutenção do contato entre o locutor e o ouvinte; a função metalingüística consiste em utilizar a linguagem para adquirir, analisar ou verificar o código; finalmente, no predomínio da linguagem por si mesma, o acento posto na mensagem pela própria mensagem é o que caracteriza a função poética.

Os critérios lingüísticos justificativos da função conativa, apelativa, variam de acordo com a sua definição. A definição psicológica com sentido largo de Jakobson (“orientação no sentido do destinatário”) admite que a mensagem apelativa possa exprimir-se, gramaticalmente, pelas formas mais diversas (imperativo, vocativo, e também todas as expressões sintáticas, afirmativas ou outras, de ordem e de outras formas); anula-se, assim, toda a possibilidade de basear a prova da função apelativa em critérios lingüísticos específicos, dado que se alarga até aos limites de uma estilística conativa. Terá, portanto, que restringir-se ao domínio das variantes fonemáticas e das marcas prosódicas.

A função fática, por exemplo, serve para assegurar o funcionamento da comunicação (*Alô! Quem está falando?*), ou pode servir ainda para produzir, por meio de expressões lingüísticas, um certo prazer por se sentir acompanhado. As formas lingüísticas e específicas (*Diga, está-me ouvindo? Atenção...*) podem sempre ser referidas à função conativa; no que diz respeito ao prazer, à pura sociabilidade, retoma-se um aspecto da produção dos estados afetivos por meio da linguagem, a função expressiva final. No plano estritamente lingüístico, a função fática limita-se a algumas produções fonologicamente marginais (*hum! hum!*) ou a uma ou outra palavra-frase (interjeições).

Na função metalingüística, língua artificial que serve para descrever uma língua natural (ex: a linguagem gramatical de que serve a lingüística para descrever a sua própria língua), utiliza os termos sintaxe da língua de que é objeto de análise. Não há critérios lingüísticos formais próprios de uma metalíngua, apenas subsistem critérios semânticos ou lógicos da função metalingüística.

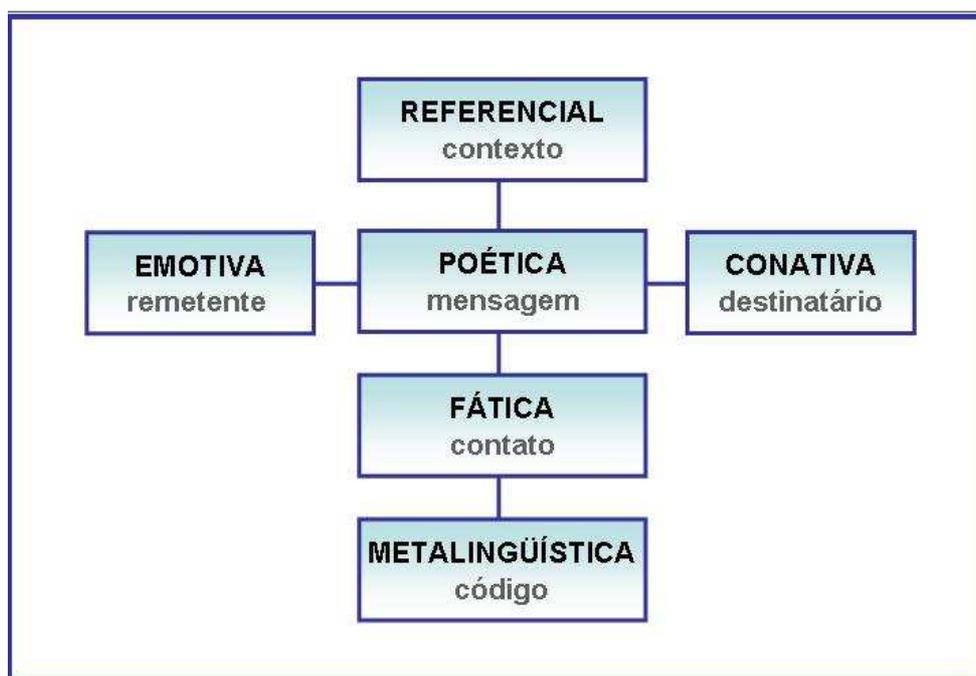
A função poética é difícil de separar das funções de comunicação e de expressão. Para Jakobson (1989), “qualquer elemento da seqüência poética é uma comparação”, não há poesia sem imagens, lexicais ou gramaticais; ao mesmo tempo, ele define também a função poética em termos de fonética impressiva ou expressiva-emissor; de paralelismo entre som e sentido,

de hermetismo necessário, de expectativa frustrada. Esses critérios encontram-se tanto no plano da primeira articulação (presença da metáfora, da comparação, da imagem; uso ambíguo das unidades significativas), como no plano da segunda articulação (eufonia, simbolismo ou simetria fônica).

Embora o trabalho de Jakobson represente uma complementação das funções de Bühler, a sua obra faz uma inter-relação entre as funções da linguagem e elemento da comunicação (HEINE, 2000, p. 24).

O quadro 3, a seguir, sintetiza as idéias do lingüista Jakobson:

QUADRO 3 – Funções da linguagem (Fonte: Tese da Prof^a Dr^a Lícia Heine, 2000)



Outro lingüista que também se preocupou com as funções da linguagem foi Halliday (1976, p. 134) que, em seu artigo *Estrutura e função da linguagem*, observou que, para o sistema lingüístico, há três componentes semântico-funcionais, denominados por ele de macro-funções: a) ideacional; b) interpessoal e c) textual. A expressão macro-função foi usada para caracterizar *a variabilidade funcional imensa no uso da língua pelo adulto (...)* (HALLIDAY, 1978, p. 146), deixando a expressão *função* para referir-se às funções do sistema lingüístico que emergem na criança (HEINE, 2000, p. 24). São estes, os componentes:

(a) Componente ideacional *é um componente principal do significado no sistema lingüístico, que é básico para quase todos os usos da língua. Trata-se, ainda, de um potencial do significado, embora o potencial seja muito mais vasto e complexo* (HALLIDAY, 1978, p. 149). Esse potencial agrega a aprendizagem de uma língua e seus usos em sociedade. Essa função refere-se à função referencial da linguagem, visto que registra o conteúdo dos fenômenos lingüísticos, remetendo a referentes situacionais ou textuais.

(b) Componente interpessoal é aquele que permite ao falante expressar seus sentimentos, suas emoções, por meio de vários tipos de frases (afirmações, perguntas e ordens). Esta é a função emotiva e a conativa da linguagem.

(c) Componente textual é aquele que corresponde à função metalingüística e à função poética da linguagem. É responsável pela construção do texto e adequação pertinente ao contexto de situação. *Esta função é o conjunto de opções através das quais um falante ou escritor se habilita a criar textos – a usar a linguagem de um modo pertinente ao contexto* (HALLIDAY, 1978, p. 157).

Esse componente possui três subcomponentes, a saber: i) estrutura temática; (ii) estrutura informacional e (iii) estrutura coesiva.

(i) A estrutura temática possui um tema e um rema. O tema é o elemento localizado em primeira posição na oração (HALLIDAY, 1978, p. 155); o rema é tudo aquilo que se diz do tema; tema e rema têm estreitas relações com as noções de dado e novo.

(ii) A estrutura informacional envolve as noções discursivas dado-novo; dado é a informação velha; novo é entendido como toda informação construída sobre o dado (KOCH, 1990; 1990, p. 64).

(iii) A estrutura coesiva ocupa lugar na teoria dos lingüistas Halliday e Hasan e será estudado no terceiro capítulo deste trabalho.

1.2.3 As principais características do Funcionalismo

A língua em uso é uma das principais características da gramática funcional. No uso lingüístico, evidenciam-se as relações entre a língua em sua totalidade e seu uso no seio social. Dessa forma, a integração dos níveis lingüísticos (fonológico, morfológico, sintático e semântico) é o ponto comum inerente às vertentes funcionalistas como fator de coesão entre os estudiosos.

A iconicidade lingüística é apontada pelos lingüistas como um dos mais importantes princípios do funcionalismo lingüístico. Segundo Votre (1996, p.27-29), *o princípio da iconicidade prevê uma motivação na relação entre forma e significado*. Segundo Malinowski (1923), a língua em sua estrutura espelha as categorias reais derivadas das atitudes da criança... Surgem daí as considerações de que a organização interna da língua não é acidental; ela incorpora as funções que a língua desenvolveu para servir na vida social do homem. Para Marcuschi, a presença da iconicidade no sistema lingüístico é indício de que a língua é um fenômeno heterogêneo, indeterminado e variável.

Os estudos sobre iconicidade dividem as posições entre pesquisadores na área: os chamados “extremistas” (GIVÓN 1979) não admitem a existência da estrutura lingüística fora do uso lingüístico, ou seja, ela seria totalmente dependente do uso da língua, um mero reflexo das regularidades da comunicação humana, que, atuando sempre, criam e recriam a ilusão da estrutura a cada momento (VOTRE, NARO, 1996, p. 52). Há os funcionalistas moderados (HALLIDAY, 1976, 1985; DICK, 1981; MARCUSCHI, 1983, 1995, 1996, 1997; KOCH, 1990, 1992, 1997) que admitem a existência, *a priori*, de um sistema lingüístico abstrato e, por outro lado, a existência de um sistema lingüístico derivado do seu *status* comunicativo, possuindo um traço motivado, icônico.

Os moderados, em função de várias pesquisas, demonstram ausência de iconicidade lingüística, ou seja, a língua é tida como uma estrutura maleável, uma vez que está sujeita às pressões de um código não inteiramente arbitrário (CUNHA apud HEINE, 2000, p. 169).

Para Martinet (1994, p. 9-105), a noção de *sincronia dinâmica* é inerente às línguas humanas como um todo, retratando o caráter dinâmico, a fim de atender às necessidades das mesmas. Segundo ele, essa dinamicidade esteve ausente durante o estruturalismo, visto que a sincronia estaria no eixo estático da língua, e a diacronia, no eixo dinâmico. O estágio estático é responsável pela visão distorcida da língua, já que é vista como um produto, algo cristalizado em um determinado espaço temporal.

Ao situar-se no eixo de pesquisa que prioriza o uso lingüístico, a gramática funcional rejeita a dicotomia *langue-parole* (SAUSSURE, 1961) e a competência-desempenho (CHOMSKY, 1965), visto que não privilegiam a língua em exercício. Em oposição, o funcionalismo considera a competência comunicativa (HYMES, 1964).

Conforme Canale (1995, p. 63-81 apud HEINE, 2000), a competência comunicativa pode se realizar através de quatro áreas de conhecimento, quais sejam:

(a) competência gramatical, que se refere ao conhecimento do código verbal e não verbal;

(b) competência sociolingüística que diz respeito à combinação de regras sócio-culturais, regras discursivas e textuais;

(c) competência discursiva, refere-se à combinação de formas gramaticais e significados, para se chegar aos textos escritos e falados nos diversos tipos e gêneros, ou seja capacidade de construir textos com coesão e coerência;

(d) competência estratégica, isto é, domínio de estratégias para compensar situações difíceis, como colapsos na conversação ou contornar situações difíceis na conversação.

Uma outra característica da gramática funcional é o seu traço paradigmático, que se relaciona diretamente com o que Halliday (1985, p. 14-15) denomina de teoria sistêmica, ou seja, uma teoria do significado, em que se representa a possibilidade de escolhas e seleções, realizadas pelo falante no momento da comunicação.

1.2.4 A Lingüística de Texto

A Lingüística de Texto ou Lingüística Textual (LT), enquanto linha teórica da ciência da linguagem começou a se desenvolver na década de 60, na Europa. Sua hipótese de trabalho tem como objeto particular de investigação o texto, por ser ele a forma específica de manifestação da linguagem.

A Lingüística Textual surge como uma das vertentes do Funcionalismo lingüístico, entendido como o paradigma de estudos que concentra os seus trabalhos no contexto de uso, sendo as pesquisas centradas no efetivo exercício lingüístico, que envolve falantes concretos, sem recorrer a um falante ideal.

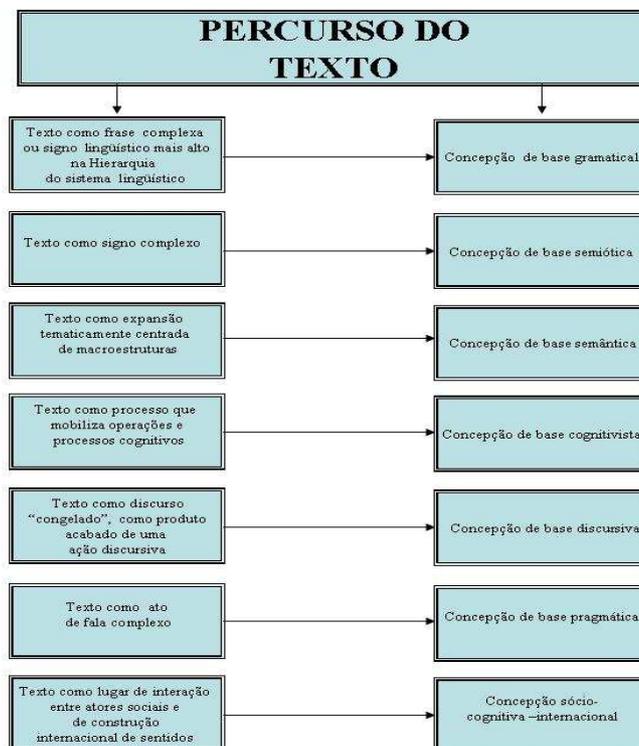
Quanto aos estudiosos da Lingüística Textual, Heine (2000) os divide em precursores *lato sensu* e precursores *stricto sensu*. Os primeiros foram desenvolvidos pelos retóricos, que tinham por objetivo ensinar como construir os textos para obter os melhores efeitos de persuasão diante do público e seus principais mentores eram Aristóteles (385 aC.), Cícero (106 a.C.) e Quintiliano (30 d.C.). Por último, os Formalistas Russos deram grande impulso ao estudo da narrativa. Os precursores *stricto sensu* surgem com o Círculo Lingüístico de Praga (1928), com a influência de Ferdinand de Saussure. O mentor foi o tcheco Mathesius e outros pesquisadores como: Jakobson, Trubetzkoy, os franceses Tesnière, Martinet, Benveniste e o austríaco Bühler. Esses pesquisadores realçaram a importância do contexto verbal ou não-verbal.

O surgimento dos estudos sobre o texto visualiza um grande esforço teórico, com perspectivas e metodologias diferenciadas, de constituição de um novo campo de estudo, em oposição ao campo constituído pela Lingüística Estrutural, que compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informal.

O desenvolvimento da Lingüística Textual não foi um processo unitário e uniforme. Segundo Marcuschi (1998), surgiu de forma independente em vários países da Europa. Assim, a LT parte da necessidade de ultrapassar os limites da frase, para dar conta de certos fenômenos, tais como: referenciação, elipse, repetição, seleção dos artigos (definidos e indefinidos), concordância dos termos verbais, relação semântica entre frases não ligadas por conectivos; enfim, a Lingüística Textual procura reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação comunicativa. No entanto, todo o desenvolvimento da Lingüística Textual circula em torno das várias concepções de texto, que ela acolheu durante seu percurso e que causaram diferenças de grande importância entre um e outro momento de sua evolução.

Vale ressaltar as várias concepções de texto que fundamentaram os estudos em Lingüística Textual, visto que, em determinados momentos, elas se imbricam. Veja-se, no quadro 4, a trajetória por ela percorrida:

Quadro 4 Percurso do texto: Heine (2000)



Quando a Lingüística Textual surgiu, entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, em função do conceito de texto da época, alguns estudiosos estavam debruçados sobre a análise transfrástica e/ou a construção de gramáticas do texto. Nesse contexto, o objeto privilegiado era o estudo da coesão, ou seja, a propriedade de *cohere* (*hang together*), muitas vezes equiparada à coerência (*coherence*), visto que eram consideradas propriedades do texto.

Na década de 80, o conceito de coerência foi ampliado, sob o ponto de vista pragmático-enunciativo, e passou-se a postular que a coerência não constitui mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas um fenômeno muito mais abrangente, pois ela é construída em situações de interação entre o texto e seus usuários.

Foi nessa mesma época que se enfatizou o interesse pelo processamento cognitivo do texto, a partir de Van Dijk e Kintsch, com o desenvolvimento cada vez maior na área de cognição e se ressaltaram as questões relativas ao processamento do texto, às formas de representação do conhecimento na memória, à ativação de tais sistemas de conhecimento por ocasião do processamento, às estratégias sócio-cognitivas e interacionais nele envolvidas (KOCH, 2004).

Dessa forma, a partir da década de 90, além dos processos de organização global dos textos, assumem relevância as questões de ordem sócio-cognitivas, que envolvem temas como referenciação, inferenciação, acesso ao conhecimento prévio e outros estudos, tais como: o tratamento da oralidade e da relação oralidade/ escrita, o estudo dos gêneros textuais, hoje sob a ótica bakhtiniana.

A referenciação textual está sendo estudada como objeto de pesquisa por vários estudiosos, entre os quais se podem destacar Apothéloz, Charolles, Berrendonner, Reichler-Béguelin, Chanet, Mondada e D. Dubois.

Estes autores têm dedicado especial interesse a questões como a construção dos “objetos-de-discurso”; a anáfora associativa, sua conceituação e sua abrangência; as operações de nominalização e suas funções, entre várias outras com elas de alguma forma, relacionadas. O principal pressuposto dessas pesquisas é a *referenciação como atividade discursiva*, como é postulado também em Marcuschi e Koch (1998a, 1998b), Marcuschi (1998), Koch (1998). Desta forma, de conformidade com Mondada & Dubois (1995) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), passa-se a postular que a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso *constrói* os “objetos” a que faz remissão (“objetos-de-discurso”), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção (KOCH, 2004, p. xv).

É importante ressaltar que a Lingüística Textual teve uma trajetória muito longa até chegar ao seu momento atual. Assim, verificam-se, a seguir, os momentos percorridos por ela, e a sua importância para a investigação e contribuição que seu estudo vem dando, em prol de um melhor conhecimento de como se realiza a produção textual do sentido.

1.2.4.1 O percurso da Lingüística Textual

O percurso da Lingüística Textual ocorre em quatro momentos, a saber:

(i) Análises transfrásticas

As análises transfrásticas se caracterizam por não considerar o texto como o objeto de análise, pois o percurso ainda é da frase para o texto. Aliás, as análises transfrásticas surgiram a partir da observação de que certos fenômenos não poderiam ser explicados pelas teorias vigentes na época, no caso o Estruturalismo e Gramática Gerativa, por ultrapassarem os limites da frase simples e complexa, como: a co-referenciação (anáfora); a correlação de tempos verbais (*consecutio temporum*); o uso de conectores interfrasais; o uso de elementos indefinidos.

Os autores dessa fase valorizaram, sobretudo, o estudo dos vínculos interfrásticos (elementos coesivos). Nesse sentido, Harweg (1968) define texto como *uma seqüência pronominal ininterrupta* e menciona como uma de suas (do texto) principais características o fenômeno do múltiplo referenciamento. Isenberg (1971) conceitua texto como uma *seqüência coerente de enunciados* e enfatiza o papel dos elementos coesivos no estabelecimento da coerência textual.

Observando os estudos das relações estabelecidas entre os enunciados, a ênfase foi dada às relações referenciais, em particular a correferência, fator principal da coesão textual. Harweg (1968) afirma que são os pronomes que constituem uma seqüência de frases no texto. A acepção do termo “pronome” é a de toda expressão que substitui o nome. Então, “o texto é resultado, de múltiplos referenciamentos, daí a definição de texto como uma sucessão de unidades lingüísticas constituídas mediante uma concatenação pronominal ininterrupta” (KOCH, 2004, p. 4).

Desse modo, o estudo das relações referenciais limitava-se aos processos correferenciais (anafóricos e catafóricos), que operavam entre dois ou mais elementos

textuais. Poucos fenômenos remissivos não-correferenciais, as anáforas associativas e indiretas, a dêixis textual e muitos outros objetos de estudo da Linguística Textual eram mencionados. Entretanto, estudiosos como Isenberg (1971) e Vater (1979) já faziam referência às anáforas do tipo associativo. Isso é observado no exemplo abaixo, mencionado por Koch (2004, p. 4):

(1) Ontem houve um casamento. *A noiva* usava um longo vestido branco. (ISENBERG, 1971 apud HEINE, 2000).

(2) Pedro me molhou todo. *A água* me escorria pelo corpo abaixo. (ISENBERG, 1971 apud HEINE, 2000)

(3) Era um belo povoado. *A igreja* ficava na colina. (VATER, 1979 apud HEINE, 2000)

(ii) As gramáticas de texto

Com a euforia provocada pelo sucesso da gramática gerativa, postulou-se a descrição da competência textual do falante, ou seja, a construção de gramáticas textuais.

Segundo Marcuschi (2000), as gramáticas textuais colocaram o texto como o objeto central da Linguística e, assim, procuraram estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, partilhado por todos os usuários de uma língua. Esse sistema de regras habilitaria os usuários a identificar se uma dada seqüência de frases constitui ou não um texto e se esse texto é bem formado.

O conjunto de regras constitui a competência textual de cada usuário e permite aos usuários diferenciar entre um conjunto aleatório de palavras ou frases, ou um texto dotado de sentido pleno. Outras manifestações dessa competência são: a capacidade de resumir ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, produzir outros textos a partir dele, atribuir-lhe um título, diferenciar as partes constitutivas do mesmo e estabelecer as relações entre essas partes.

As gramáticas textuais descreviam categorias e regras de combinação do texto em determinada língua. Segundo Koch (2004, p. 4), as gramáticas de texto tinham tarefas que seriam as seguintes:

a) fazer com que um texto seja um texto, em que sua constituição contenha os fatores responsáveis pela sua coerência e as condições de textualidade:

b) levantar critérios para delimitação de textos;

c) diferenciar as espécies de texto.

Nessa fase, postulou-se a existência de uma competência textual semelhante à competência chomskiana, pois todo falante de uma língua tem capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado coerente de palavras, ou seja, qualquer falante é capaz de parafrasear ou produzir um texto.

O método ascendente da frase para o texto foi posto de lado. É a partir do texto que se pretende atingir, por meio da segmentação, as unidades menores, para depois classificá-las, sem perder a função textual de seus elementos. Para Hartmann (apud KOCH, 2004, p. 6), o texto é considerado um signo lingüístico primário, atribuindo-se aos seus componentes o estatuto de signos parciais.

Assim, o texto era visto como unidade lingüística hierarquicamente mais elevada, que constitui entidades do sistema lingüístico, cujas estruturas possíveis, em cada língua, devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual (KOCH, 2004, p. 6).

Harald Weinrich, como estruturalista, define o texto como uma seqüência linear de lexemas e morfemas, que se condicionam de forma recíproca e constituem o contexto. Para Weinrich, tudo está interligado para constituir o texto.

Já Charolles (1991) admite que o falante possui três competências básicas:

(a) competência formativa: permite ao usuário produzir e compreender um número infinito de texto e avaliar, de modo convergente, a boa ou má formação de um texto;

(b) competência transformativa: refere-se à capacidade de resumir um texto, parafraseá-lo, reformulá-lo, ou atribuir-lhe um título, assim como de avaliar a adequação do resultado dessas atividades;

(c) competência qualificativa: concerne à capacidade de o usuário identificar o tipo ou gênero de um dado texto, bem como à possibilidade de produzir um texto de um tipo particular.

Teun Adrianus van Dijk (1972) foi também pioneiro nos estudos da Lingüística Textual, em que as gramáticas de texto tiveram o mérito de estabelecer duas noções basilares para a consolidação dos estudos concernentes ao texto/ discurso. A primeira é a verificação de que o texto constitui a unidade lingüística mais elevada e se desdobra ou se subdivide em unidades menores, igualmente passíveis de classificação. As unidades menores (inclusive os elementos léxicos e gramaticais) devem sempre ser consideradas, a partir do respectivo papel na estruturação da unidade textual. A segunda noção básica constitui o complemento e a

decorrência da primeira noção enunciada: não existe continuidade entre frase e texto, uma vez que se trata de entidades de ordem diferente e a significação do texto não constitui unicamente o somatório das partes que o compõem.

Apesar dos avanços apontados, cabe observar alguns problemas na formulação das gramáticas textuais. O primeiro é a conceituação do texto como uma unidade formal, dotada de uma estrutura interna e gerada a partir de um sistema finito de regras, internalizado por todos os usuários da língua. Esse sistema finito de regras constituiria a Gramática Textual de uma língua, semelhante, em sua formulação, à Gramática Gerativa da sentença, de Chomsky. Ora, fica difícil propor um percurso gerativo para o texto, pelo fato de ele não constituir uma unidade estrutural, originária de uma estrutura de base e realizada por meio de transformações sucessivas.

Outro problema das gramáticas de texto é a separação entre as noções de texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade de uso). Essa separação é injustificada, pois o texto só pode ser compreendido a partir do uso, em uma situação real de interação. Foi após as considerações anteriores que os estudiosos iniciaram a elaboração de uma teoria de texto, que discutisse a constituição, o funcionamento, a produção dos textos em uso, numa situação real de interação verbal.

Como lembra Marcuschi (1998), no final da década de setenta, o enfoque era a competência textual dos usuários, depois passa-se a considerar a noção de textualidade, assim estabelecida por Beaugrande e Dressler (1981): *modo múltiplo de conexão ativado sempre que ocorrem eventos comunicativos*.

Algumas noções relevantes à Linguística Textual são o contexto (genericamente, o conjunto de condições externas à língua e necessárias para a produção, recepção e interpretação de texto) e a interação (pois o sentido não está no texto, mas surge na interação entre o escritor/ falante e o leitor/ ouvinte).

(iii) Um olhar sobre a Pragmática

Em primeiro lugar, a Pragmática pode ser apontada como a *ciência do uso lingüístico*. Os estudos pragmáticos pretendem definir o que é linguagem, levando em conta a fala e nunca os estudos da língua isoladamente de sua função social. Assim, os estudos pragmáticos visam definir o que é linguagem e analisá-la trazendo para a definição os conceitos de sociedade e de comunicação (PINTO, 2004, p. 47). Em segundo lugar, os estudiosos dessa

área discutem que os fenômenos lingüísticos não são puramente convencionais, mas compostos por elementos criativos e inovadores que interagem durante o processo de uso da linguagem.

Os lingüistas do texto sentiram logo a necessidade de ir além de um olhar sobre a sintaxe e a semântica, visto ser o texto a unidade básica de comunicação e interação humana. No início, em passos lentos, mas logo depois causaram um impacto com maior vigor, com a adoção da perspectiva pragmática, que vai conquistando o seu espaço na pesquisa sobre o texto. É nesse impacto que surgem as teorias de base comunicativa. Isenberg (1976), Dressler (1974) e Petofi (1972; 1973) procuravam integrar sistematicamente fatores contextuais na descrição dos textos, outros, como Mostsch (1975), Gulich e Raibe (1977), Schmidt (1978) concebiam a Pragmática como ponto de partida e de chegada para tal descrição. Heinemann e Viehweger (1991), ao fazerem uma retrospectiva da Lingüística Textual, diferenciam os modelos contextuais e modelos comunicativos, sendo que os comunicativos eram baseados na Teoria dos Atos de Fala. Existia algo de comum entre esses modelos, que era a busca de conexões determinadas por regras, entre textos e seu contexto comunicativo-situacional, sendo o texto o ponto de partida para essa representação.

O interesse pelos estudos pragmáticos e pelo seu desenvolvimento deve-se a estudos realizados inicialmente por filósofos. No final do século XIX, os estudos filosóficos defendiam que a representação é antes lingüística do que mental. Assim, os objetivos filosóficos de discutir e descrever nossa representação do mundo respaldaram um movimento em direção aos usuários da linguagem. Nada obstante, ainda hoje, não se tem uma delimitação clara do campo de investigação da Pragmática. Trata-se, sem dúvida, de um ramo da Lingüística, o qual enfoca prioritariamente a linguagem oral.

Desse modo, a Pragmática tem tido uma carreira atribulada, desde que começou a firmar-se no início da década de 1970. A palavra “pragmatismo” (do grego *pragma* = ‘ação’) foi introduzida, pela primeira vez, em Filosofia por Charles Peirce, em 1878. Peirce afirmava que as crenças nada mais são do que regras de ação e que o importante é determinar que condutas o pensamento está apto a produzir. Foi Charles Morris quem, em 1938, propôs a divisão tricotômica do estudo da língua em: *sintaxe*, *semântica* e *pragmática*, tendo definido essa última como ‘o estudo da relação dos signos com seus intérpretes’. Mais tarde, Rudolf Carnap (1938), filósofo alemão, definiu a Pragmática como *a relação dos signos e seus usuários*. O trabalho dos dois estudiosos faz parte da já consagrada distinção geral do campo da linguagem entre Pragmática, que considera a linguagem em seu uso concreto; Semântica, que examina os signos lingüísticos em relação aos objetos que designam ou a que se referem;

e Sintaxe, que analisa a relação dos signos entre si. Hoje, o termo “Pragmática” passa a referir-se a todos os estudos da linguagem relacionados com seu uso na comunicação.

Essa nova etapa, no desenvolvimento da Lingüística de Texto, decorre de uma nova concepção de língua (não mais um sistema virtual autônomo, um conjunto de possibilidades, mas um sistema real, usado em determinados contextos comunicativos) e de um novo conceito de texto (não mais encarado como um produto pronto e acabado, mas um processo uma unidade em construção). Com isso, fixou-se como objetivo a ser alcançado a análise e a explicação da unidade texto, em funcionamento, e não a apreensão das regras subjacentes a um sistema formal abstrato. A Lingüística de Texto, nesse estágio de sua evolução, assume nitidamente uma feição interdisciplinar, dinâmica, funcional e processual, que não considera a língua como entidade autônoma ou formal (MARCUSCHI, 1998).

A Lingüística Textual ganha uma nova amplitude e relevância: já não se trata de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. As pessoas que a estudam procuram explicar antes a linguagem de que a língua. Afirmação decorrente da dicotomia clássica saussuriana *langue/parole* (SAUSSURE, 1991). A Pragmática defende a não-centralidade da língua, em relação à fala. Em outras palavras, a Pragmática aposta nos estudos da linguagem, levando em conta também a fala, e não nos estudos da língua, isoladamente, de sua produção social. Os fenômenos lingüísticos não são puramente convencionais, mas sim compostos por elementos criativos e que se integram durante o processo do uso da linguagem. Outro ponto a ser discutido na Pragmática são os funcionamentos e os efeitos de atos de fala. Assim, a teoria dos atos de fala foi um conceito proposto por J. L. Austin para debater a realidade de ação da fala, isto é, a relação entre o que se diz e o que se faz. Também Benveniste (1989) envereda por esse lado, quando pretende classificar os atos de fala. De um lado, os atos compostos por um verbo declarativo jussivo, na primeira pessoa do presente, mais uma afirmação, como:

(4) Eu ordeno que você saia. ⁴

Benveniste (1989) observa que os verbos “ordenar”, “comandar”, “decretar” estabelecem uma relação entre “declaração de uma ação” e “faz jus à posição de autoridade para tal ação”. No exemplo (4), “ordenar” é o verbo declarativo-jussivo e “você saia”, a afirmação.

A Pragmática sofreu influência de grupos filosóficos nas seleções de objetos e métodos, no decorrer de seus estudos, tais como: o pragmatismo americano influenciado pelo

⁴ Exemplo retirado dos estudos pragmáticos em PINTO (2004, p. 50)

semiólogo William James, a teoria dos estudos dos Atos de fala, sob o crédito de Austin e o conceito de cooperação elaborado por Grice, em 1960.

Charles Peirce (1878 apud PINTO, 2001) foi o primeiro autor americano a utilizar a palavra *Pragmatics*, propondo uma tríade pragmática. Essa tríade representa a relação entre signo, objeto e interpretante, com a proposta de se teorizar a linguagem, levando-se em conta o sinal, aquilo a que esse sinal remete e a quem ele significa. Seguindo um outro caminho, o filósofo William James, em 1898, cunha a palavra *Pagmatisms* e inaugura o que se conhece como Pragmatismo americano. As suas idéias causaram impacto, sob a égide de novos filósofos empenhados em definir a Filosofia, a linguagem e o conhecimento, como prática social. O americano Willard V. Quine, em 1980, inicia um grande empenho em prosseguir as idéias de James e Peirce, reformulando-as no que ele chamou de “pragmatismo radical”. Esse pragmatismo se detém na questão da *determinação da referência*. Assim, o problema de determinar o objeto referido por uma expressão é uma questão muito mais séria do que simplesmente encontrá-lo ou não no mundo. Ele defende que a indeterminação da referência permanece, não importa com qual tipo de expressão referencial se esteja trabalhando, e apresenta a situação do uso de expressão demonstrativa, a seguir:

(5) Esta mesa está quebrada.

São várias as perguntas a serem feitas em relação à mesa: *o que está quebrado? se é o pé da mesa? ou a quina da mesa?*. Essas perguntas não são problemas de referência para Quine. Cada pessoa reflete sobre o que está quebrado e, então, a apreensão do objeto referido fica fragmentada e não mais transparente. Quine, em 1998, defende que a referência é impenetrável, no sentido de que não se pode determinar “com toda certeza” o alcance da expressão referencial no mundo. Isso quer dizer que as discrepâncias entre significações só podem ser teorizadas, a partir de sua condição pragmática. Além de Quine, houve também Davidson (1986), com a Teoria da Coerência, que delineia um arcabouço teórico, para falar da coerência interna, mostrando que as atitudes proposicionais do falante são verdadeiras se elas forem coerentes com o conjunto de atividades proposicionais desse(a) mesmo(a) falante.

Já a Teoria dos Atos de Fala concebe a linguagem como uma atividade construída pelos (as) interlocutores(as), ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – a linguagem não é, assim, descrição do mundo, mas ação. Consideram-se aqui as máximas de Grice (1982, p. 81-103), a saber: (a) Máxima da Quantidade: (i) *faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida*; (ii) *não faça sua contribuição mais informativa do que é requerida*. Por outras palavras, num diálogo, informe apenas o necessário; (b) Máxima da Qualidade: *trate de fazer uma contribuição que*

seja verdadeira: (i) não diga o que você acredita ser falso; (ii) não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada. Ou seja, fale sempre a verdade; (c) Máxima da Relação: seja relevante. Fale apenas o que interessa no momento do diálogo; (d) Máxima de Modo: seja claro, isto é, não seja prolixo e evite ambigüidades. De acordo com Grice, para haver comunicação seria necessário haver cooperação entre os usuários.

As teorias acima citadas consolidam a Pragmática como ciência do uso linguístico. Muitos são os temas que podem ser abordados num estudo pragmático, tanto os fenômenos concretos, quanto a própria teorização da Pragmática.

(iv) Enfoque cognitivista

A Linguística Textual parte do pressuposto de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de modo que o agente dispõe de modelos e tipos de operações mentais. No caso do texto, consideram-se os processos mentais de que resulta o texto, em uma abordagem procedimental. De acordo com Koch (2004), nessa abordagem, *os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso.* Essas atividades geram expectativas, de que resulta um projeto nas atividades de compreensão e produção do texto.

Partindo da noção de que o texto é um processo, Heinemann e Viehweger (1991) definem quatro grandes sistemas de conhecimento responsáveis pelo processamento textual, quais sejam:

- (a) conhecimento linguístico: corresponde ao conhecimento do léxico e da gramática, responsável pela escolha dos termos e pela organização do material linguístico na superfície textual, inclusive dos elementos coesivos;
- (b) conhecimento enciclopédico ou de mundo: compreende as informações armazenadas na memória de cada indivíduo;
- (c) conhecimento de mundo: compreende o conhecimento declarativo, manifestado por enunciações acerca dos fatos do mundo;
- (d) conhecimento episódico e intuitivo: adquirido através da experiência.

Estas as formas de conhecimento são estruturadas em modelos cognitivos. Isso significa que os conceitos são organizados em blocos e formam uma rede de relações, de modo que um dado conceito sempre evoca uma série de entidades, a seguir:

- (a) conhecimento interacional: relaciona-se com a dimensão interpessoal da linguagem, ou seja, com a realização de certas ações por meio da linguagem;
- (b) conhecimento ilocucional: referente aos meios diretos e indiretos utilizados para atingir um dado objetivo;
- (c) conhecimento comunicacional: ligado ao anterior, relaciona-se com os meios adequados para atingir os objetivos desejados;
- (d) conhecimento metacomunicativo: refere-se aos meios empregados para prevenir e evitar distúrbios na comunicação (procedimentos de atenuação, paráfrases, parênteses de esclarecimento, entre outros);
- (e) conhecimento acerca de superestruturas ou modelos textuais globais: permite aos usuários reconhecer um texto como pertencente a determinado gênero ou tipo.

O processamento do texto depende não só das características internas do texto, como do conhecimento dos usuários, pois é esse conhecimento que define as estratégias a serem utilizadas na produção/ recepção do texto. Todo e qualquer processo de produção de textos caracteriza-se como um processo ativo e contínuo do sentido e liga-se a toda uma rede de unidades e elementos suplementares, ativados necessariamente em relação a um dado contexto sócio-cultural. Dessa forma, pode-se admitir que a construção do sentido só ocorre num dado contexto.

Aliás, segundo Sperber e Wilson (1986, p. 109), o contexto cria efeitos que permitem a interação entre informações velhas e novas, de modo que entre ambas se cria uma implicação. Essa implicação só é possível porque existe uma continuidade entre texto e contexto e, além do mais, a cognição é um fenômeno situado, que acontece igualmente dentro da mente e fora dela.

O sentido de um texto e a rede conceitual que a ele subjaz emergem em diversas atividades, nas quais os indivíduos se engajam. Essas atividades são sempre situadas e as operações de construção do sentido resultam de várias ações praticadas pelos indivíduos, e não ocorrem apenas na cabeça deles. Essas ações sempre envolvem mais de um indivíduo, pois são ações conjuntas e coordenadas: o escritor/ falante tem consciência de que se dirige a alguém, em um contexto determinado, assim como o ouvinte/ leitor só pode compreender o texto, se o inserir em um dado contexto. A produção e a recepção de textos são, pois, atividades situadas, e o sentido flui do próprio contexto.

Essa nova perspectiva deriva do caráter de diálogo da linguagem: o ser humano só se constrói como ator e agente e só define sua identidade em face do outro. O ser humano só o é em face do outro e só define como tal em uma relação dinâmica com a alteridade (BAKHTIN,

1992). A compreensão da mensagem é, desse modo, uma atividade interativa e contextualizada, pois requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes e habilidades e a inserção desses saberes e habilidades no interior de um evento comunicativo.

O sentido de um texto é construído (ou reconstruído) na interação texto-sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não como algo prévio a essa interação. A coerência, por sua vez, deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto e passa a ser vista do modo como o leitor/ ouvinte, a partir dos elementos presentes na superfície textual, interage com o texto e o reconstrói como uma configuração veiculadora de sentidos.

Cabe assinalar, em forma de conclusão, que essa nova visão acerca de texto, contexto e interação resulta, inicialmente, de uma contribuição relevante, proporcionada pelos estudiosos das ciências cognitivas: a ausência de barreiras entre exterioridade e interioridade, entre fenômenos mentais e fenômenos físicos e sociais. De acordo com essa nova perspectiva, há uma continuidade entre cognição e cultura, pois essa é apreendida socialmente, mas armazenada individualmente.

Ressalta-se, também, a evolução da noção de contexto. Para a análise transfrástica o contexto era apenas o co-texto (segmentos textuais precedentes e subsequentes, a um dado enunciado). Já para a Gramática de Texto, contexto é a situação de enunciação, conceito que foi ampliado para abranger, na Linguística Textual, o entorno sócio-cultural e histórico comum aos membros de uma sociedade e armazenado individualmente em forma de modelos cognitivos. Atualmente, o contexto é representado pelo espaço comum que os sujeitos constroem na própria interação.

1.2.4.2 Considerações sobre o hipertexto

O termo “hipertexto” foi empregado em 1964 por Theodor Holm Nelson, para referir-se a uma escritura eletrônica não-seqüencial e não linear, que se bifurcam, permitindo ao leitor o acesso a um número muito grande de textos, a partir de escolhas em tempo real. Por ser assim, o leitor define o fluxo de sua leitura através de assuntos tratados no texto sem se prender a uma seqüência fixa. Assim sendo, é uma forma de estruturação textual que faz do leitor simultaneamente um co-autor do texto final e se constitui também como um processo de escritura/ leitura eletrônica multilinearizado, multiseqüencial e indeterminado.

O hipertexto rompe a estrutura convencional de texto, isto é, a ordem das informações não está dada na própria estrutura da escrita. A leitura tem muitas entradas e muitas formas de

prosseguir. Então, há maior liberdade de navegação pelas informações imersas em um *continuum* de discursos espalhados por imensas redes digitais (MARCUSCHI, 2005, p. 35). Ao permitir vários níveis de tratamento do tema, o hipertexto oferece a possibilidade de múltiplos graus de profundidade simultaneamente, visto que não tem seqüência, nem topicidade definida, mas liga textos não necessariamente correlacionados. O hipertexto não é novo na concepção, pois sempre existiu como idéia na tradição ocidental; é a tecnologia que permite uma nova forma de textualidade, pois consegue integrar notas, citações, bibliografias, referências, imagens, fotos e outros elementos encontrados na obra impressa, de modo eficaz, sem a sensação de que sejam notas, citações, ou seja, subverte os movimentos e redefine as funções dos constituintes textuais clássicos.

Segundo Marcuschi (2005), o hipertexto possui características peculiares que determinam a sua natureza. São elas as seguintes:

(a) não-linearidade: aponta para a flexibilidade desenvolvida na forma de ligações permitidas/sugeridas entre nós, que constituem redes, as quais permitem a elaboração de vias navegáveis (NELSON apud MARCUSCHI; XAVIER, 2006); a não-linearidade é tida como a característica central do hipertexto;

(b) volatilidade: o hipertexto não tem estabilidade (BOLTER, 1991, p. 31) e todas as escolhas são tão passageiras quanto as conexões estabelecidas por seus leitores; essa característica sugere ser o hipertexto um fenômeno essencialmente virtual, decorrendo daí boa parte de suas demais propriedades;

(c) topografia: o hipertexto não é hierárquico, nem tópico, por isso ele é topográfico (BOLTER, 1991, p. 25); um espaço de escritura e leitura que não tem limites definidos para se desenvolver; essa é uma característica inovadora, uma vez que desestabiliza os *frames* de que se dispõe para identificar limites textuais;

(d) fragmentariedade: consiste na constante ligação de porções, em geral, breves com sempre possíveis retornos ou fugas; trata-se de uma característica bastante central para a noção de hipertexto, que carece de um centro regulador imanente, visto que o autor não tem mais controle do tópico e do leitor;

(e) acessibilidade ilimitada: o hipertexto acessa todo tipo de fonte, sejam elas dicionários, enciclopédias, museus, obras científicas, literárias, arquitetônicas etc. e, em princípio, não experimenta limites quanto às ligações que permite estabelecer;

(f) multissensuoso: esse traço caracteriza-se pela possibilidade de interconectar simultaneamente a linguagem verbal com a não-verbal (musical, cinematográfica, visual e gestual), de forma integrativa, impossível no caso do livro impresso (BOLTER, 1991, p. 27);

(g) interatividade: refere-se à interconexão interativa (BOLTER, 1991, p. 27) que, por um lado, é propiciada pela multisssemiose e pela acessibilidade ilimitada e, por outro lado, pela contínua relação de um leitor-navegador com múltiplos autores, em quase sobreposição em tempo real, chegando a simular uma interação verbal face-a-face;

(h) iteratividade: diz respeito à natureza intrinsecamente intertextual, marcada pela recursividade de textos ou fragmentos, na forma de citações, notas, consultas etc.

É importante ressaltar que algumas concepções de texto, entre os anos 60 e 70 não enquadrariam o hipertexto na categoria de texto. Marcuschi (2000), em nota, cita o caso da definição de texto do alemão H. Weinrich, que definia o texto como uma produção lingüística unitária e contínua entre dois vazios, representada pela fórmula: # T #. Certamente, essa visão de texto como um fenômeno com início, meio e fim não cabe na noção de hipertexto.

Essas propriedades do hipertexto o tornam um fenômeno essencialmente virtual e descentrado, visto que não se determina pelo desmembramento de um tópico, mas pelo deslocamento indefinido por tópicos. É uma costura geral de discursos e não a construção de um discurso unidirecionalmente ordenado.

Desse modo, a Lingüística de Texto preocupa-se com o processamento textual, ou seja, com processos mentais e estruturas de conhecimento na atividade de produção e compreensão textual, isto é, com o processamento textual e todas as estratégias de conhecimento na atividade de produção e compreensão do texto. Os analistas do hipertexto preocuparam-se com o uso de textos, ou seja, com o acesso e o consumo de textos para algum objetivo ou tarefa. Sabe-se que uma das idéias centrais da atual Lingüística de Texto é a da não monoliticidade de sentido do texto, visto que o texto é uma proposta de sentidos múltiplos e não de sentido único. Beaugrande (1997) observa que o texto é plurilinear na sua construção. Veja-se o caso das interpretações anafóricas, da identificação referencial dos dêiticos ou da desambiguação não-imediata, mas ainda cotextual. É evidente que isso diz respeito ao micro-nível da textualidade, ao passo que a deslinearização do hipertexto acha-se no âmbito da macro-organização estrutural, mas o problema é categorialmente similar. Por isso, julga-se possível dizer que a não-linearidade do hipertexto tem sua contra-parte no texto impresso. Assim, provavelmente, as teorias do texto auxiliam na compreensão do funcionamento do hipertexto. A inovação trazida pelo hipertexto não está no uso específico da língua enquanto atividade sócio-cognitiva, mas na sua apresentação virtual.

O hipertexto obscurece os limites entre leitores e escritores, pois eles são criados parcialmente pelos escritores que criam ligações e, parcialmente, pelos leitores ao ler de cima para baixo, da esquerda para a direita, rapidamente e não seqüencialmente.

A noção de autor e de leitor se amplia para uma autoria coletiva ou uma espécie de co-autoria (MARCUSCHI, 2005). Nesse caso, o livro providencia acessos sempre rígidos e estabelecidos de uma vez por todas. Já no hipertexto, o controle fica por conta do leitor que agirá de acordo com suas necessidades e em função de suas condições cognitivas ou interesses específicos. Diante desse quadro, supõe-se que o hipertexto, mais do que um desafio à tradicional noção de linearização, é um evento adequado para se rever a noção hoje ainda praticada na Lingüística, quando se fala em linearização. A linearização é condição necessária na construção de uma palavra (letras dispostas em uma determinada direção) e na formação de sintagmas (ligação de unidades léxicas em uma direção definida, que, mesmo assim, é bastante livre), ou na construção de frases (em obediência à linearidade das regras da sintaxe). Contudo, chegando ao texto, a linearidade não existe nem nos níveis apontados para as unidades lexicais, sintagmáticas ou frasais, uma vez que um enunciado textual pode ser lido de diversas formas e em diversas relações de significação. Portanto, a primeira observação sistemática é: a deslinearização, que é um processo de construção de sentido (e até de textos) muito antigo e normal, não constituindo novidade. Sua novidade é sua transformação em princípio de construção textual.

Um item a ser discutido no hipertexto é a função dos *links*, a escolha de um link específico insere novos elementos. É nesse sentido que Marcuschi e Xavier (2006) situam a importância desses elementos para a atividade cognitiva no hipertexto. Esses *links* funcionam também como elos coesivos, que conduzem o leitor a um caminho, ou seja, de um texto para o outro. Outro dado relevante também é o encontro de vários autores, ou seja, o internauta⁵, através de *links*, tem conhecimento de vários textos do mesmo assunto que, por sua vez, dá ao leitor a possibilidade de revisar outros temas. Assim, o hipertexto rompe a ordem de construção, ao propiciar um conjunto de possibilidades de constituição textual plurilinearizada, que é condicionada por interesses e conhecimento do leitor. As ligações hipertextuais, que ocorrem pela marcação de um item lexical ou de uma expressão, seguem normas e princípios variados, tais como: princípios semânticos, cognitivos, culturais, sociais, históricos, pragmáticos, temáticos, científicos, teóricos e outros. Por trás de tudo, está um trabalho de ostensão, que sugere uma ligação, mediante uma espécie de relevância mostrada (MARCUSCHI; XAVIER, 2006).

Se a questão da relevância conduziu a uma série de indagações, o problema da organização cognitiva e referencial é ainda mais complexo no caso do hipertexto. Sob esse

⁵ Termo designado para aquele que navega na Internet.

aspecto, pode-se caracterizar o hipertexto como uma forma de organização cognitiva e referencial, cujos princípios não produzem uma ordem estrutural fixa, mas constituem um conjunto de possibilidades estruturais, que caracterizam ações e decisões cognitivas, baseadas em (séries de) referências não-contínuas, nem progressivas. A questão não está em decidir como identificar eixos cognitivos ou progressões referenciais canônicas, mas sim em como lidar com a cognição e os referentes de um modo mais geral. Acredita-se que hoje, mais do que nunca, a questão das categorias, dos protótipos, estereótipos, *frames* e *topos* está na ordem do dia.

Estudos realizados a propósito da questão cognitiva e da coerência hipertextual mostram que as ligações são mais eficazes, quando dizem respeito a interesses imediatos dos leitores.

Neste trabalho, as ligações no hipertexto se dão pela marcação de um item lexical ou de uma expressão que seguem normas e princípios variados, tais como princípios semânticos, cognitivos, culturais, sociais, históricos, pragmáticos, temáticos, científicos, teóricos e outros.

2 ASPECTOS ANAFÓRICOS NO TEXTO

Neste capítulo, pretende-se mostrar as significativas mudanças, pelas quais os aspectos anafóricos têm passado no âmbito da Lingüística de Texto.

O estudo da coesão textual tem sido predominantemente desenvolvido dentro do ramo da Lingüística de Texto, que toma como objeto particular não mais a palavra ou a frase solta, mas o texto. Esse é considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica através de textos e existem vários fenômenos lingüísticos que só podem ser explicados no interior do texto. Um dos aspectos centrais deste estudo foi e continua sendo o problema da seqüenciação dos enunciados, que se realiza pelo menos por dois grandes processos de coesão textual.

Esses processos podem ser vistos como a seqüencialidade, realizada pelos elementos consecutivos, e a referencialidade, que estabelece a cadeia referencial e ocorre em boa medida pelos elementos pronominais e repetições nominais, entre outros. É nesse ponto que a anáfora assume um papel central como elo no processamento textual. É importante ressaltar que esses dois processos não ocorrem de forma isolada, mas ao mesmo tempo. Nesse espaço, a anáfora assume papel preponderante, responsável pela costura do texto. Observa-se, ainda, segundo (HEINE, 2000), no estudo do processamento do texto, que a anáfora é apresentada na sua abordagem *stricto sensu* e *lato sensu*.

2.1 A ANÁFORA *STRICTO SENSU*

A anáfora, no sentido estrito, foi objeto de pesquisa na Lingüística de Texto por Halliday e Hasan (1976), que a conceberam, de forma incisiva, no quadro da coesão textual. Assim, apresentou-se um conceito de coesão textual como um conceito semântico, que se referiu às relações de sentido existentes no interior do texto e que se definiam como um texto. Seguindo a linha funcionalista introduzida na Inglaterra por Firth (1957), Halliday e Hasan (1976, p. 134-160) postularam para o sistema lingüístico a existência de três grandes componentes semântico-funcionais: (a) o ideacional; (b) o interpessoal; e (c) o textual. Desses grandes componentes, a função textual é a responsável pela construção do texto, em seus aspectos lingüístico-discursivos, visto que se preocupa com a construção das sentenças, em sua organização textual, bem como de sua possibilidade de uso, em termo de uma adequação

satisfatória, observando três sub-componentes, quais sejam: a estrutura temática; a estrutura informacional; e a estrutura coesiva.

Halliday e Hasan (1976) postulam que o texto *não* consiste em uma simples soma de sentenças, mas é realizado por seu intermédio. A coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Para eles, a coesão faz parte de uma língua, embora se trate de uma relação semântica expressa através do sistema léxico-gramatical. Essa relação é processada entre um elemento do texto e algum outro elemento básico para a sua interpretação. Assim sendo, de acordo com Koch (2004, p. 16):

A coesão, por estabelecer relações de sentido, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizado com propósito de criar textos. Na ocorrência de cada recurso no texto denominam-se “laço”, “elo coesivo”.

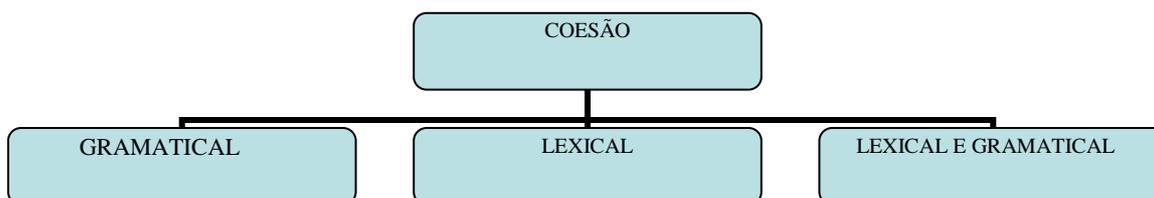
Para Beaugrande e Hasan (1981 apud KOCH, 2004, p. 16),

a coesão concerne ao modo como os componentes da superfície textual, as palavras e as frases que compõem um texto, se encontram conectadas entre si numa seqüência linear, por meio de dependências de ordem gramatical.

A expressão *coesão textual* foi introduzida por Halliday e Hasan (1976, p. 5-7), para efeito de análise lingüística. Seu conceito refere-se “aos fatores que dão conta da estrutura da seqüência superficial do texto; não são simplesmente princípios sintáticos e sim uma espécie de semântica da sintaxe textual” (MARCUSCHI, 1983, p. 25).

O caráter semântico desse fenômeno lingüístico é explicado da seguinte forma: Halliday e Hasan (1976, p. 322-324) identificaram cinco fatores de coesão e os dispuseram em três categorias, que se observam, no quadro abaixo:

QUADRO 5 Categorias dos fatores de coesão



GRAMATICAL

referência (pessoal, demonstrativa, comparativa)
substituição (nominal, verbal, frasal)
elipse (nominal, verbal, frasal)

LEXICAL

repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos,
colocação

GRAMATICAL E
LEXICAL

conjunção: aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa.

A noção de referência está ligada a dois conceitos básicos: (...) *à função pela qual um signo lingüístico se refere a um objeto de mundo extralingüístico, real ou imaginário* (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 511), acepção essa que tem sido objeto de discussão entre os filósofos, lógicos e lingüistas. Dessa forma, a referência é vista como parte do significado de muitas palavras, constituindo-se, conseqüentemente, na questão central da Semântica. Salienta-se que, nessa perspectiva, se encontram todas as discussões em torno da relação “linguagem e mundo”. O outro conceito de referência está ligado ao aspecto gramatical de uma língua, sendo definida, geralmente, “como processo segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais ou ainda entre um elemento textual e outro extralingüístico” (VIEIRA, 1988 apud HEINE, 2000).

Halliday e Hasan (1976, p. 31) postulam uma noção de referência, calcada na relação direta entre entidade lingüística e objeto do mundo, visto que a restringe aos mecanismos endofóricos textuais.

Os elementos de referência relacionam-se aos itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmo, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação. Para Halliday e Hasan (1976, p. 31), referência pode ser situacional, chamada de “exofórica” e textual, chamada de “endofórica”. É exofórica quando os elementos lingüísticos são interpretados através do contexto. A endofórica se distingue da exofórica, por ser um tipo de referência intratextual, ou seja, são expressões cujos referentes estão presentes no cotexto, constituindo-se em tipos diferentes: a anáfora e a catáfora.

A anáfora é realizada quando a retomada ocorre depois das expressões referenciais e a catáfora é realizada quando o elemento referido (o pronome) ocorre antes das expressões referenciais.

Assim, na frase abaixo, encontra-se um exemplo de anáfora:

(6) **As antocianinas** apresentam um enorme poder antioxidante. **Elas** contribuem para evitar processos importantes que levam ao desgaste do organismo. (*O Estado de São Paulo*)

A catáfora será também exemplificada, a seguir:

(7) Resolveu renunciar a **tudo: riqueza, honrarias, e posição social** (KOCH, 2002, p. 14).

A referência pode efetuar-se de três diferentes modos: referência pessoal; referência demonstrativa; e referência comparativa.

A referência pessoal é feita por meio de pronomes pessoais e possessivos. Observe-se, a seguir, um exemplo do texto (Moças de fino trato) de referência pessoal:

(8) L 24

A paulistana Bruna, por exemplo, só atende através de seu blog. Ali, na rede, **ela** se agencia e compartilha com clientes e curiosos o dia-a-dia de uma carreira que começou a dois anos, quando, revoltada com pais super controladores, fugiu de casa. (*O Estado de São Paulo*, 11-12-05).

A referência demonstrativa caracteriza-se pela ocorrência de pronomes demonstrativos e de advérbios indicativos de lugar, que desempenham principalmente a função exofórica da linguagem: Observe o texto abaixo:

(9) **SALADA AZUL**

L 1 Não se trata mais de um lançamento da gastronomia química ou molecular, a onda que transformou um laboratório alguma das mais célebres cozinhas do mundo. **Essa motivação** é acadêmica. (*O Estado de São Paulo*, 11-12-05)

A referência comparativa, em oposição às referências pessoal e demonstrativa, opera não através de relação antecedente-pronome, porém a partir de uma comparação implícita, que incide sobre o elemento interpretante. Ela pode efetuar-se por identidade, similaridades e diferenças. Esse tipo de referência pode ser vista no exemplo (10):

(10) É um exercício **igual** ao de ontem (KOCH, 2004, p. 20)

A coesão por substituição consiste na colocação de um item no lugar de outro. Nas palavras de Heine (2000, p. 94), troca-se um termo por outro; o termo substituído pode ser um nome, um verbo ou uma oração inteira. Em geral, as expressões substitutas são representadas por nomes genéricos (gente, criatura, negócio, coisa etc.) e por pro-formas, tais como, *respectivamente, o mesmo, também*, nomes que dependem de outros para serem interpretados; por isso é que se situam na gramática. São, igualmente, termos substitutos os verbos *fazer* e *ser*. Então, trata-se de um processo de referenciação que opera intratextualmente e confere à referência o seu status coesivo, ocorrendo a ligação coesiva entre um elemento substituto e um substituído; às vezes, apresenta um significado do seu referente.

Tem-se, a seguir, o exemplo de coesão por substituição:

(11) Pedro comprou um carro novo e José também (KOCH, 2004, p. 20).

Já a elipse é uma substituição por zero. Nesse tipo de coesão, permuta-se uma unidade lingüística foneticamente realizada por uma outra não realizada foneticamente, o elemento vazio; o traço vazio só ocorre em termos fonéticos, porque efetivamente possui valor semântico equivalente ao do SN antecedente. Tem-se, então, a relação SN-0. Tal como no processo de substituição, operacionaliza-se, no plano formal da língua, através de forma nominal, verbal e oracional. Em seguida, encontra-se o exemplo para esse tipo de coesão:

(12) Paulo vai conosco ao leilão (KOCH, 2004, p. 21).

A coesão lexical é um tipo de elo textual, que se insere no léxico, na medida em que se processa apenas por meio de itens lexicais. É obtida através de dois mecanismos: (a) a coesão por reiteração; (b) a coesão por colocação. Na coesão por reiteração, o processamento se instaura ora através da repetição do mesmo item lexical, ora por meio de expressão sinônima ou quase sinônima. Incluem-se, também, os hipônimos e os nomes genéricos. Nessa relação, podem-se identificar dois tipos de reiteração: (a) reiteração por hipônimo (lojas-vitrine-vestido); (b) reiteração por repetição dos sintagmas nominais.

Já a coesão lexical por colocação é um tipo de elo coesivo que promove as ligaduras textuais, não através de repetições de sinônimo ou de sintagmas nominais, mas porque mantém relações textuais coesivas através de associações de idéias. O termo colocação, tal

como é usado por Halliday e Hasan (1976, p. 322-324), designa a tendência de certas palavras formarem campos semânticos, como: professor-escola-aluno; toalha-mesa-cadeira; escritor-literatura-poeta; Shopping-compras-consumidor, entre outras (HEINE, 2000, p. 97).

A conjunção permite estabelecer relações significativas, sendo um dispositivo coesivo que se diferencia dos demais focalizados, por não representar elementos de retomadas intratextuais, mas sim, por estabelecer relacionamento de proposições, sentenças, parágrafos entre si. Os principais elos coesivos conjuntivos são as conjunções coordenativas e subordinativas, expressões enumerativas (*em primeiro lugar*), relações de causas-conseqüências (*daí, por isso, assim sendo* etc), expressões de resumo, de conclusão (*finalmente, para resumir*), expressões de contraste (*em oposição, pelo contrario*, entre outras).

É interessante mencionar que os estudos anafóricos de Halliday e Hasan (1976, p. 322-324) sofreram algumas críticas, pois eles debatem sobre o conceito de texto e a distinção entre a anáfora e a endófora, bem como a noção de referencia. A primeira restrição refere-se a alguns lingüistas, como Brown e Yule (1983, p. 200-201), que demonstram os dispositivos de coesão (vistos como essenciais para definir o conceito de texto por aqueles autores). Esses dispositivos não são necessários, nem suficientes, para tornarem um conjunto de frases em um texto, pois há seqüências de enunciados sem os clássicos dispositivos coesivos que se constituem textos, porque são processados a partir de *frames*, conhecimentos partilhados entre o autor-leitor, bem como fatores de contextualização.

A segunda limitação diz respeito também ao estudo de Brown e Yule (1983, p. 200-201), que analisaram a proposta de Halliday e Hasan e criticaram alguns de seus aspectos, visto que ela restringe a remissão anafórica ao texto escrito, exigindo, conseqüentemente, a presença obrigatória de sintagma nominal que precede o elemento remissivo. Para Brown e Yule (1983), a remissão anafórica não pode estar apenas restrita à mera substituição de elemento por outro, pois ela envolve, sobretudo, aspectos cognitivos de representação mental, relacionados não só com contexto de comunicação, mas também com os dados sócio-culturais partilhados entre os interlocutores do discurso (HEINE, 2000, p. 101).

2.2 A ANÁFORA *LATO SENSU*

A anáfora *lato sensu* diz respeito à proposta de Apothéloz (1995) sobre a anáfora, que possui um traço singular e peculiar, porque, embora siga a abordagem clássica de Halliday e

Hasan (1976), apresenta-a em um quadro de classificação que a distingue do enfoque clássico. Ao se tecerem considerações sobre a sua obra, destacam-se: a) questões gerais relacionadas à anáfora; (b) considerações da noção de antecedente; (c) as noções-chaves ligadas à anáfora.

Houve uma contribuição bem significativa entre nível formal *versus* nível discursivo, vistos por Benveniste (1995). Apothéloz (1995, p. 19-21) observou que as propriedades da anáfora não se submetem às exigências da sintaxe e distinguiu duas espécies de ocorrências pronominais: (a) a forma sintaticamente ligada a um antecedente; e (b) a forma de retomada.

Apothéloz (1995, p.22), com base nos critérios acima focalizados, apresenta as seguintes observações sobre a noção de antecedente:

(a) rejeita-se veementemente a fórmula segundo a qual todo elemento anafórico se refere a um antecedente;

(b) o antecedente é uma entidade lingüística que se realiza antes da anáfora; daí o seu traço correferencial, no caso específico de retomada;

(c) a noção de antecedente, enquanto segmento textual, só permite uma forma de interpretação, vinculada em geral aos critérios morfossintáticos;

(d) a forma anafórica pode retomar um antecedente explícito ou implícito.

A correferência é um tipo de coesão textual que se caracteriza por relacionar duas expressões, as quais possuem exatamente o mesmo referente. A sua consumação pode envolver um sintagma nominal pleno e um sintagma nominal pronominalizado, tendo como característica a reativação do referente idêntico ao do seu sintagma nominal antecedente. Acredita-se ser possível que essa operação também ocorra entre sintagmas nominais, desde que o seu princípio de funcionamento seja respeitado e que a expressão recupere o mesmo referente.

O fenômeno da co-significação refere-se a um processo anafórico, que envolve, freqüentemente, dois sintagmas nominais plenos e singulariza-se por processar retomadas textuais com elementos que têm o mesmo sentido, mas não necessariamente a mesma referência (APOTHÉLOZ, 1995, p. 27-28).

A referência exofórica, na anáfora *lato sensu*, diz respeito a uma expressão, cujo referente se encontra fora do texto, isto é, não vem mencionado no texto. Já a endofórica, inversamente à anterior, tem o seu referente situado no texto. Apothéloz (1995, p. 29-30), examinando esses conceitos, chegou à conclusão de que eles trazem algumas limitações, uma vez que tanto a exofórica como a endofórica têm referente fora do texto, salvo se ele for uma entidade metalingüística, isto é, um elemento lingüístico; o que se tem, para a endofórica, é uma expressão que o simboliza no texto e não se refere ao mesmo. Ele propõe, então, ajustar

essa formulação, observando que os qualificativos exofóricos e endofóricos designam, respectivamente, a referência dos objetos ainda não designados e dos já designados no texto. Contudo, apesar dessa reformulação, para o referido lingüista, ela não atende plenamente ao funcionamento dos mesmos, visto que os fenômenos referencial, anafórico e exofórico operam sobre uma representação semântica (HEINE, 2000, p. 110).

2.3 A ANÁFORA ASSOCIATIVA

A estratégia referencial associativa consiste no emprego de expressões definidas anafóricas, sem referente explícito no texto, mas inferível, a partir de elementos nele explícitos, associados a uma configuração discursiva, em que se tem um anafórico sem antecedente literal (portanto, não condicionado morfologicamente por um SN anterior), cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do cotexto precedente. Para Heine (2000, p. 119), *a anáfora associativa é um tipo de coesão textual, processada entre dois sintagmas nominais, que são relacionados entre si por meio de elementos implícitos*. O sintagma nominal, com função associativa, apresenta, simultaneamente, duas características: (a) a interpretação dependente, de forma implícita, do sintagma nominal fonte; (b) a ausência de correferencialidade com a expressão antecedente.

Em (13), a expressão destacada é exemplo de anáfora associativa:

Este filme retoma certos aspectos de gangues de Nova York, como idéia da ação secreta de alguém que se une ao inimigo visando aniquilá-lo

L 35 **O mocinho e o bandido** são figuras num espelho. (*O Estado de São Paulo*, 11-12-05).

Basicamente, esse tipo de anáfora se efetiva entre dois sintagmas nominais, o primeiro (v. Texto 2) **O filme** se destaca como SN fonte, cujo referente anafórico (objeto-de-discurso), é definido graças a informações no contexto anterior; não correferem a nenhum elemento antecedente; introduzem um objeto novo. Verifica-se, neste exemplo, que, para a anáfora associativa, a pesquisadora levou em conta o texto de uma forma geral, isto é, o contexto em que as informações são processadas.

2.3.1 As concepções da anáfora associativa

A expressão *anáfora associativa* foi introduzida por Guillaume, no início do século XX, a fim de se referir a determinados tipos de anáfora nominal. É um tipo de encadeamento que processa uma retomada textual, pondo em jogo conhecimentos sócio-culturais.

As pesquisas sobre anáfora associativa têm demonstrado que o processamento anafórico não fica preso à correferencialidade, ou seja, ao relacionamento entre duas expressões que possuem exatamente o mesmo referente, envolvendo um sintagma nominal pleno antecedente e um sintagma nominal pronominalizado conseqüente, realizadas no cotexto.

Para Brown e Yule (1983), a remissão anafórica não pode estar apenas restrita à mera substituição de um elemento por outro, pois ela envolve, sobretudo, aspectos cognitivos de representação mental, relacionados não só com o contexto de comunicação, mas também com os dados sócio-culturais partilhados entre os interlocutores do discurso.

Os sintagmas nominais da anáfora associativa apresentam as seguintes características:

- (a) são anafóricos os objetos-de-discurso que são processados em especial, graças às informações existentes no contexto;
- (b) não correferem a nenhum elemento antecedente;
- (c) introduzem um objeto novo .

A anáfora associativa constitui um dos elementos fundamentais à construção do sentido de um texto e é de alta frequência na produção discursiva. Ela é geralmente definida de acordo com as seguintes propriedades:

- (i) refere-se a um objeto que, embora apresentado como desconhecido, é novo no discurso;
- (ii) pode ser interpretada referencialmente somente em relação a dados introduzidos anteriormente no universo do discurso.

Os estudos sobre a anáfora associativa abrangem desde uma concepção estreita até uma concepção larga do fenômeno. Autores como Kleiber, Schenedeker e Ujma (1991, p. 44), que defendem a concepção estreita, postulam que a relação associativa é dotada de natureza léxico-estereotípica. A segunda concepção, que é uma abordagem larga, postula relações de cunho discursivo-pragmático, mas sem processar relações meronímicas (*biblioteca – teses; almoço – feijão*). A concepção estreita se caracteriza por apresentar elos coesivos centrados mais no cotexto lingüístico, pelo qual um SN anafórico deverá ter no seu conteúdo lexical

algum componente estereotípico do SN-fonte. Nessa concepção, a relação anafórica, em sua maioria, ocorre através de um SN anafórico indefinido e um SN anafórico definido.

Embora essas duas concepções de anáfora associativa apresentem essas propriedades inerentes aos dois enfoques, a concepção estreita estabelece uma associação anafórica, considerando as retomadas associativas entre um SN fonte indefinido (Det + indefinido + N) e SN fonte definido (Det + definido + N).

Dessa forma, resumem-se, no quadro a seguir, as características das concepções da anáfora associativa.

QUADRO 6 – Distinção entre a anáfora associativa estreita e a larga

ANÁFORA ASSOCIATIVA	
Concepção estreita	Concepção larga
Operações textuais limitam-se ao cotexto lingüístico	Operações textuais limitam-se ao contexto, mas também ao contexto
SN anafórico só ocorre através do SN definido	SN-anafórico ocorre tanto através do SN definido como por outra estrutura do sintagma nominal
Abordagem semântica	Abordagem é sobremaneira discursivo-pragmático léxico-semântica

2.3.2 Conceção estreita da anáfora associativa

Como foi observado anteriormente, o elemento da anáfora associativa refere-se a um objeto-de-discurso, que não foi mencionado explicitamente no contexto anterior e ocorre, grosso modo, por meio de sintagmas nominais definidos.

Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991) não aceitam os pronomes e os sintagmas nominais demonstrativos como anafóricos pois, não seguem exatamente a regra dos SNs definidos. Há uma diferença entre as relações anafóricas associativas de cunho estreito, que envolvem uma relação léxico-estereotípica meronímica, e as anáforas associativas de cunho largo, que se efetivam também por relações pronominais e/ ou demonstrativas indiretas. Essas últimas não são consideradas associativas meronímicas, em virtude do seu caráter dêitico, responsável pela identificação do referente no contexto de enunciação.

Dessa forma, duas teses se opõem: a primeira defende uma abordagem mais semântica, afirmando ser a relação associativa de natureza léxico-estereotípica (KLEIBER, 1991), que processam relações anafóricas meronímicas.; a segunda propõe uma abordagem cognitivo-discursiva (CHAROLLES, 1991), na qual o discurso é capaz de estabelecer a associação. Para esta pesquisa, são considerados os dois tipos de anáforas associativas, ditas (tipo 1) para a estreita e (tipo 2) para a larga, visto que o *corpus* analisado continha a presença dessas anáforas. Os traços da anáfora associativa meronímica são definidos a partir de:

- (a) o processamento entre unidades lexicais;
- (b) a consumação anafórica não se efetiva de forma correferencial;
- (c) não se realiza por meio de itens pronominais;
- (d) a sua ocorrência se efetiva através de um SN definido.

A concepção da anáfora associativa tem como primeiro obstáculo o limite do seu escopo, ou seja, a dificuldade de se determinar quais sintagmas nominais podem funcionar como tais.

A concepção estreita, também chamada de concepção *standard*, por ser ela mais divulgada, apóia-se sobre uma definição mais limitada da anáfora associativa. Esse tipo de anáfora tem outros critérios definitórios e não apenas uma única relação indireta; ponto central que a diferencia sensivelmente da concepção larga, uma vez que essa última prioriza um escopo maior de relações associativas, consoante fenômenos sócio-discursivos.

Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991, p. 44), para essa linha de pesquisa, defendem uma abordagem mais semântica, na qual se operacionaliza uma relação de natureza léxico-estereotípica. Assim, trata-se de relações circunscritas no próprio léxico, limitadas à superfície textual, priorizando, por excelência, o fenômeno lingüístico, caracterizado por estabelecer relações entre um SN-fonte e um SN anafórico. Justamente por ter esse traço estereotípico é que os seus pesquisadores concordam em afirmar que a anáfora associativa se baseia em relações *a priori* (KLEIBER, 1991, p. 93-94), que fazem parte do saber partilhado sobre as coisas, unindo, de forma genérica e não aleatoriamente, um SN-fonte ao SN anafórico.

Para Charolles (1991, p. 68), a concepção estreita se caracteriza por processar uma associatividade centrada apenas no cotexto lingüístico, no qual um SN anafórico deverá ter, no seu conteúdo lexical, parte ou algum componente estereotípico do SN-fonte. Trata-se, assim, de uma ligação pré-inscrita no léxico sob a forma necessária (*faca-lâmina*), (*prefácio-livro*), (*professor-aluno*); ou estereotípica sob forma sócio-cultural (*vila-igreja*), (*candomblé-feitço*), (*Pelé-futebol*), entre outras.

Nessa acepção, a relação anafórica está circunscrita a um SN-fonte indefinido e a um SN anafórico definido⁶, sendo esse último saturado referencialmente pelo antecedente (KLEIBER, SCHNEDECKER, UJMA, 1991, p. 20).

2.3.3 Concepção larga da anáfora associativa

O referente do SN anafórico associativo se caracteriza por apresentar um elemento novo no discurso. Ressalta-se, contudo, que é ativado a partir do referente do SN-fonte, por via indireta, de forma não-correferencial, ou viabilizado por fenômenos sócio-discursivos (HEINE, 2000, p. 130).

O definido SN anafórico associativo caracteriza-se pela sua estrutura morfossintática, constituída de um SN definido (artigo definido + nome). Dessa forma estruturado, exclui a possibilidade de sintagmas nominais com estruturas distintas funcionarem como elementos anafóricos associativos, pois essas expressões podem construir elos coesivos diretos, ou seja, correferenciais.

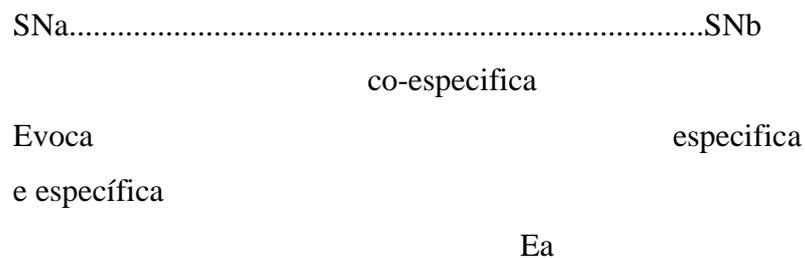
⁶ Diferentemente da concepção larga, a abordagem estreita só concebe como anáfora associativa o SN com a estrutura Det artigo definido N.

Diante de fatos semelhantes a esse, Charolles (1991, p. 67-90) sugeriu deixar de lado a consideração do referido elo formal, propondo que o SN anafórico deve ser distinguido do SN-fonte, não por cisões estruturais justapostas, mas principalmente por delimitações no eixo predicativo. Isso quer dizer que o SN-fonte e o SN anafórico devem possuir seu próprio eixo predicativo. Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991, p. 27), por outro lado, introduziram o aspecto semântico, por ser ele um ponto singular à realização do discurso. Assim, o tratamento da localização do SN-fonte da anáfora associativa deve articular-se em torno de parâmetros inter-proposicionais, que determinam que tanto o SN-fonte quanto o SN anafórico associativo devem ter a sua própria predicação (HEINE, 2000, p. 35).

Reichler-Benguelin (1995) e Apothéloz e Reichler-Benguelin (1999) consideram que a dependência interpretativa de uma anáfora não se vincula a um contexto verbal explícito, mas a informações já disponíveis na memória discursiva.

Portanto, a resolução do anafórico apóia-se sobre as instruções semântico-pragmáticas, que se aliam a outros fatores, para que se possam juntos possibilitar o acesso à expressão fonte, a saber: a distância tipo/ topográfica; a saliência referencial; a seleção do bom referente, nos casos de competição; e, por último, a posição do SN-fonte como antecedente do SN anafórico associativo (KLEIBER; SCHEDECKER; UJMA, 1991, p. 31).

Para Weber (1988 apud KLEIBER; SCHNEDECKER; UJMA, 1991, p. 32-33), as anáforas correferenciais possuem o seguinte tipo de ligação:



O esquema acima refere-se aos elementos que estruturam a anáfora correferencial, a saber: O SNa, com o papel de evocar o SN anafórico para o discurso, estabelece uma relação entre a expressão lingüística e os seus referentes, representa o SN-fonte; o SNb, com a função de apenas referir para o referente do SNa, representa o SN anafórico, conforme formalizam as expressões Ea (= especificação do SN-fonte) e co-especifica, isto é, correferem um novo antecedente, ou seja, processa a costura textual, sem construir um novo referente.

Quanto à ligação das anáforas associativas, tem-se o seguinte processo inferencial:



Em que SNa, representando o SN-fonte, evoca e especifica um referente do discurso (Ea); e o SNb, representando o SN anafórico associativo, processa igualmente o mesmo tipo de relação referencial, ou seja, evoca e especifica um outro referente diferente do seu elemento fonte (Eb) (HEINE, 2000, p. 139).

Esse breve enfoque sobre os tipos de ligação inferencial entre a anáfora correferencial e anáfora associativa traz à tona dois de seus segmentos: o aspecto convergente, que os une como um processo coesivo; e o aspecto divergente, que diz respeito à construção do referente novo.

Segundo a concepção larga, a anáfora associativa é uma configuração discursiva, a qual apresenta uma expressão referencial, que possui duas propriedades (KLEIBER; SCHNEDECKER; UJMA, 1991, p. 8):

- (a) a identificação do seu referente é dada em função de informações presentes no texto anterior;
- (b) o anafórico é incondicionalmente não-correferencial, o que possibilita a presença ou não do seu referente no cotexto lingüístico.

Observa-se, a seguir, um exemplo de anáfora associativa no seu sentido largo:

(14) **A atividade** tão comum às nossas avós, virou mania nos EUA e no Reino Unido.

O texto acima foi retirado do Jornal *O Estado de São Paulo*, cujo título da reportagem é “Mente mais leve”. Nesse exemplo, o elemento anafórico não correferencia qualquer elemento antecedente e, embora aponte para um referente novo, é introduzido como conhecido, garantindo a satisfação do critério definitório da anáfora associativa, o que atesta o mecanismo, o qual espera na associação por outras formas além do SN indefinido. No exemplo anterior, o objeto de discurso do elemento anafórico é um argumento envolvido, lexicalmente, no processo expresso na proposição anterior, isto é: “o processo de fazer tricô” está relacionado com “a atividade”.

A anáfora associativa caracteriza-se por apresentar uma retomada entre o SN-fonte e o SN anafórico de forma indireta, estabelecida por associações de cunho sócio-pragmáticos e culturais. O anafórico associativo apresenta-se com os seguintes traços:

(a) realiza-se através de sintagmas nominais;

(b) não ocorre por SN possessivo, visto que esse determina uma relação direta com o seu antecedente;

(c) constrói um referente novo, distinto do referente do seu SN-fonte, embora mantenha com ele estreitas relações; não detém o traço do SN genérico, uma vez que seleciona algum traço específico do seu referente, possibilitando processar construções textuais.

Diante desse estudo breve, entende-se por anáfora o processo de construção textual realizado por expressões definidas (SN-fonte) e um SN anafórico. Tem-se, dessa forma, uma retomada, cujo processo não está subordinado à presença obrigatória de um antecedente explícito textualmente. Esse processo se caracteriza por estabelecer referências de cunho semântico, cognitivo ou pragmático e cultural.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, encontra-se a constituição do *corpus* desta pesquisa, especificando-se os procedimentos e os critérios para a seleção e a análise dos dados.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O universo desta pesquisa vai abordar textos de reportagens do Jornal *O Estado de São Paulo*, extraído do site <www.estado.com.br>. Esse jornal foi escolhido para este estudo, por ser considerado pelos leitores um dos jornais de maior credibilidade na mídia e, sobretudo, em função dos objetivos deste trabalho. Além disso, as propostas didáticas têm direcionado o uso de textos da mídia na sala de aula, com o propósito de funcionar, entre outros, como eixo norteador de temas polêmicos para discussão, o que torna ainda mais interessante o trabalho com os referidos textos.

3.1.1 Tratamento preliminar dos dados

Nesta seção, apresentam-se algumas técnicas de observação e coleta de dados:

a) A partir da leitura dos vinte exemplares do jornal acima, foram selecionados dois deles, datados, respectivamente, de 11 e 12 de dezembro de 2005, correspondentes a manchetes do Jornal em análise, tendo em vista os objetivos deste trabalho, bem como a ocorrência substantiva de expressões anafóricas associativas meronímicas.

Os QUADROS 7 e 8 sumarizam as manchetes escolhidas:

MANCHETES DOS TEXTOS SELECIONADOS
1. Salada azul
2. IBGE: 64% dos idosos sustentam família
3. Milionários por um dia

QUADRO 8 - Jornal *O Estado de São Paulo* de 12/12/2005

MANCHETES DOS TEXTOS SELECIONADOS
1. Diretor assina filme de forte teor político
2. Mente mais leve
3. Moças de fino trato

- (b) Leitura dos textos, mediante revisão compatível com os objetivos deste trabalho;
- (c) Fichamento dos textos a partir das seguintes informações: (i) data do jornal; e (ii) manchetes das reportagens;
- (d) Levantamento do elemento anafórico associativo e, conseqüentemente, dos aspectos que condicionam a sua ocorrência.

No que diz respeito às técnicas de análise, são utilizados os critérios abaixo:

- (a) Classificação dos dados coletados, levando-se em conta os objetivos da pesquisa;
- (b) Distribuição dos textos pela temática;
- (c) Levantamento dos aspectos que condicionam a identificação do elemento anafórico, nas ocorrências registradas;
- (d) Exame detalhado dos contextos lingüísticos e extralingüísticos das ocorrências anafóricas;
- (e) Análise do contexto sócio-cognitivo, com base nos tipos de anáfora.

3.1.2 Distribuição dos dados em categorias anafóricas

Com base na proposta teórica de Apothéloz (1995) e nas classificações de Heine (2000) e Marcuschi (2000), a anáfora em estudo é vista como um fenômeno coesivo, que se realiza da seguinte forma: não-correferencial, quando é realizada por costuras textuais, não necessariamente dentro do cotexto, sem pontualizar um referente específico. Ressalta-se, ainda, para a anáfora não-correferencial, que a efetivação do elo coesivo ocorre dentro do contexto, de forma que o referente anafórico, não estando na cadeia cotextual, é identificado pelo interlocutor (leitor). Quando processado no âmbito do cotexto, esse tipo de anáfora pode tanto ativar blocos textuais como concatenar, a partir de inferências, vários elementos do discurso, cujos referentes são claramente distintos, dependendo, também, nesse caso, de fatores contextuais para se efetivar.

3.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE

Os elementos de coesão anafórica do *corpus* desta dissertação, realizados tanto por meio do cotexto como do contexto, serão analisados consoante os seguintes critérios: (a) aspectos semântico-pragmáticos; (b) conhecimentos de mundo; (c) conhecimentos partilhados. Estes aspectos serão a seguir detalhados.

(a) aspectos semântico-pragmáticos: os aspectos pragmáticos representam um dos elementos do contexto extra-lingüístico, que está diretamente ligado com o processo de produção de sentido. Em verdade, referem-se à semantização durante o processo de interlocução, ou seja, no momento do uso lingüístico, tendo em vista os seus objetivos comunicativos e o contexto sócio-político-cultural, no qual os interlocutores estão inseridos;

(b) conhecimentos de mundo: segundo Koch e Travaglia (1989, p. 61), o conhecimento de mundo é visto como uma espécie de dicionário enciclopédico do mundo e da cultura arquivada na memória. Esse conhecimento é adquirido pelo indivíduo, paulatinamente, através das suas experiências e é acumulado na memória.

O conhecimento de mundo é de grande importância no estabelecimento e na construção do texto. Ao processá-lo, atua em várias direções, como:

- (i) na construção de um mundo textual;
- (ii) no relacionamento de elementos do texto;
- (iii) na construção da macroestrutura (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 60-66).

(i) na construção de um mundo textual: o mundo textual diz respeito à representação do mundo através do texto. Koch e Travaglia (1990, p. 60-66) ressaltam que essa representação nunca vai coincidir com “o mundo real”, pelo fato do produtor ou do receptor do texto terem propósitos, objetivos distintos. Resulta, então, do próprio conhecimento de mundo dos interlocutores do discurso e dos objetivos de quem o produz e/ ou recebe.

(ii) no relacionamento de elementos do texto: o conhecimento de mundo permite estabelecer relações entre frases ou partes do texto, possibilitando a construção do sentido e a sua continuidade.

(iii) na construção da macroestrutura: nesse caso, têm-se estruturas globais para estabelecer uma semântica geral de um texto, representada por uma macroproposição que abstrai as etapas do conteúdo semântico seqüencial do texto, condensando-as em uma só macroproposição textual, isto é, teor semântico geral de todo o texto.

Conforme Koch e Travaglia (1990, p. 62), os conhecimentos de mundo, adquiridos pelo indivíduo, no decorrer da sua experiência, não se acumulam de forma aleatória na memória, mas por blocos denominados modelos cognitivos, entre os quais se mencionam: *frames*, esquemas, planos, *scripts* e as superestruturas (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 60-61). Veja-os, a seguir:

(i) *frames*: representam o conhecimento que o indivíduo possui na memória, sobre determinados fatos (carnaval, futebol etc.). Esse conhecimento vincula-se a aspectos sócio-culturais, uma vez que os eventos derivam da sociedade em que o sujeito está inserido.

(ii) esquemas: aqui também se tem o conhecimento de um evento. Contudo, diferencia-se dos *frames*, porque representam o conhecimento de um determinado evento de forma hierarquizada e sucessiva, dentro de uma seqüência ordenada. Seria uma espécie de *frames* ordenado. Quando se fala em teatro, tem-se um quadro genérico, em que se encontram simultaneamente todos os elementos que os constituem. Porém, o conhecimento que determina o funcionamento das etapas seqüenciadas do espetáculo (abertura, cenas, conclusão) pertence ao campo dos esquemas.

(iii) planos: são conhecimentos a respeito de estratégias para atingir uma meta, um determinado fim. Assim, além de abarcar os conhecimentos dos *frames* e dos esquemas, contêm um novo componente – as estratégias para atingir o objetivo pretendido.

(iv) *scripts*: Koch e Travaglia (1990, p. 65) definem os *scripts* como *planos estabilizados, utilizados e invocados com muita freqüência para especificar os papéis dos participantes e as ações deles esperadas*. Isso significa dizer que os *scripts* representam o conhecimento armazenado na memória, que alguém tem, em função do papel que desempenha em um determinado evento. Esses papéis são altamente estereotipados, ou seja, são formas consagradas de comportamento de uma sociedade; por exemplo, o papel de um prefeito em seus exercícios profissionais.

(v) As superestruturas, também denominadas esquemas textuais, representam o conhecimento que o indivíduo possui a respeito das diferentes tipologias textuais (narrativo, dramático, carta, telegrama, ata etc.).

(c) conhecimentos partilhados: referem-se aos conhecimentos de mundo que o produtor e o receptor de textos têm em comum. Tendo em vista que a compreensão textual depende, sobremaneira, dessa similaridade do conhecimento de mundo, o conhecimento partilhado constitui fator importante para o estabelecimento da coerência (TREVISAN, 1992, p. 25), determinando a estrutura informacional do texto em termos daquilo que se convencionou denominar de *dado novo* (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 67-68). A

informação dada é aquela depreendida a partir do texto e a nova é construída sem apoio textual. Quando um texto se apresenta com informações completamente novas, o processamento do mesmo passa a ser difícil, pois falta a ele uma espécie de âncora, que vai permitir ao interlocutor do discurso estabelecer inferências, possibilitando-lhe uma costura textual.

Por fim, informa-se que, nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com a anáfora associativa na sua concepção estreita e larga.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ASPECTOS GERAIS

Conforme os critérios definidos no capítulo metodológico desta pesquisa, foi analisada a anáfora associativa, a partir do *corpus* do Jornal *O Estado de São Paulo*, do site <[www.oestadodesaopaulo](http://www.oestadodesaopaulo.com.br)>. A análise visa contextualizar os textos que são efetivamente exemplos do hipertexto, porém sem nenhuma pretensão de considerá-lo como aparato teórico para a análise dos dados.

O *corpus* em estudo refere-se às manchetes de dois exemplares do referido jornal dos respectivos dias onze e doze de dezembro de 2005. Desses exemplares, extraíram-se dez textos, dos quais foram selecionados apenas três textos do jornal nº 01 (datado de 11 de dezembro de 2005) e três textos do jornal nº 02 (datado de 12 de dezembro de 2005).

A ocorrência da anáfora associativa constitui o objetivo deste capítulo, visto que são feitos alguns comentários sobre o uso da mesma nos textos em estudo. As análises realizadas nesta pesquisa são de caráter interpretativo e não se baseiam em dados exaustivos. As quantificações são, pois, ponto de apoio para se observar a produtividade das anáforas sob o foco de análise, sem serem submetidas a um tratamento estatístico sofisticado, pois se trata de interpretações complexas e não exatas.

Partindo-se da premissa de que a referenciação textual se constrói no processo discursivo, tendo por consequência a construção de referentes, melhor dizendo, dos objetos-de-discurso durante a interlocução, a análise dos dados aqui estudados fundamentou-se nos elos coesivos associativos, que se processam consoante os seguintes critérios: (a) semântico-pragmático, (b) conhecimento de mundo, (c) conhecimento partilhado.

Os dados são observados a partir da seguinte forma: anáforas não-correferenciais associativas, na sua concepção estreita e na concepção larga, chamadas aqui de tipo 1 e tipo 2, respectivamente. Apresentam-se, também, tabelas resultantes do levantamento estatístico do *corpus* em pauta e gráficos a elas correspondentes.

A concepção estreita apresenta as seguintes características:

- (a) SN-anafórico que só ocorre através do SN definido;
- (b) abordagem léxico-semântica;
- (c) relações meronímicas;
- (d) SN anafórico possui núcleo preenchido por item lexical;
- (e) processo anafórico não-correferencial;

- (f) introdução de um novo referente (objeto-de-discurso);
- (g) a anáfora associativa se realiza através da coesão seqüencial e referencial.

A seguir, destacam-se as características substantivas das referidas anáforas:

A anáfora associativa, na sua concepção larga, de forma análoga à concepção estreita, detém também os traços constantes em (a), (d), (e) e (f). Contudo, a concepção larga se distancia por não se consumir por relações de cunho meronímico (Por exemplo: Comprei **uma casa** maravilhosa. **As janelas** são todas azuis.); (Por exemplo; **O almoço** foi servido às 13h. **O feijão** estava delicioso), pois o anafórico e a expressão-fonte não se associam por elos circunscritos no léxico, mas por associação sócio-pragmático-cultural. Embora o SN anafórico seja complexo, nesta análise, focalizam-se os seus constituintes nucleares; o Det e o núcleo.

4.2 AS OCORRÊNCIAS ASSOCIATIVAS

A análise dos dados evidencia que a noção clássica de anáfora, postulada por Halliday e Hasan (1976), embora de grande valor para os estudos da Linguística Textual, apresenta-se limitada para os estudos dos elos associativos. É por isso que estudiosos, como Apothéloz (1995, p. 22), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 227-271), Mondada e Dubois (1995, p. 273-302) e Koch e Marcuschi (1998, p. 3-5), rejeitam veementemente a fórmula clássica, segundo a qual todo elemento anafórico se refere a um antecedente, que, em verdade, só contempla o eixo correferencial da anáfora, uma vez que se caracteriza por estabelecer retomadas que pontualizam referentes específicos no cotexto.

A visão de antecedente se apóia nos dois conceitos de referência ligados, à literatura *lingüística*: (a) *um que diz respeito “à função pela qual um signo lingüístico se refere a um objeto do mundo extralingüístico, real o ou imaginário”* (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 511); (b) *o outro, ao processo segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais ou ainda entre um elemento textual e outro extralingüístico*. E é nesse sentido que Halliday e Hasan (1976) a concebem e usam como recurso, entre outros, para estabelecer a distinção entre referência exofórica e endofórica (apud HEINE, 2000).

Nessas duas concepções, a linguagem é entendida como um sistema de etiquetas, no sentido de designação extensional de referente de mundo extra-mental, numa relação direta biunívoca, na qual um signo lingüístico se refere a um objeto do mundo extralingüístico, conforme observam Apothélz e Reichler-Béguelin (1995, p. 227-271), Mondada e Dubois (1995, p. 273-302) e Marcuschi e Koch (1998, p. 5-6).

A concepção de anáfora não-correferencial, pautada em uma relação coesiva, sem um elemento fonte explícito na superfície textual, refuta os conceitos de referência acima focalizados, ou seja, ao processo segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais, posicionando-se contra a tese de que a linguagem é um sistema de etiquetas, no sentido de designação extensional de referentes de mundo extra-mental (HEINE, 2000). E, por não considerar apenas a noção de anáfora nos princípios estabelecidos por Halliday e Hasan (1976), foi necessário, pois, apoiar-se no conceito de referenciação de Mondada e Dubois (1995, p. 273-274). Considere-se o que eles dizem a esse respeito:

L'idée selon laquelle le langage est un système d'étiquettes qui collent plus ou moins bien aux choses traverse l'histoire de la pensée occidentale. S'y oppose une autre conception selon laquelle les sujets constituent, à travers des pratiques discursives et cognitives socialement et culturellement situées, des versions publiques du monde⁷.

Esses lingüistas preconizam uma referência distinta daquela que estabelece como seu princípio básico uma relação direta, biunívoca, entre uma entidade lingüística e o objeto do mundo a ela correspondente. Por outras palavras, refutam a consideração em que a linguagem seja vista *como um sistema de etiquetas que se prendem às coisas*, rejeitando, por decorrência, uma semântica *a priori*, em prol de uma noção de referência construída e processada a partir do uso lingüístico, valorizando, nesse, os aspectos cognitivos, bem como os sócio-culturais.

Nessa concepção, os referentes deixam de existir como algo *a priori* do discurso, pois são construídos no discurso e pelo discurso; por isso é que são denominados de objetos-de-discurso, como afirmam Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 227-271), Mondada e Dubois (1995, p. 273-303) e Koch e Marcuschi (1998, p. 5-6). Os objetos-de-discurso seriam, então, entidades de referência discursiva, dependentes das operações cognitivas, das

⁷ A idéia segundo a qual a linguagem é um sistema de etiquetas que se prendem às coisas atravessa a história do pensamento ocidental. Opõe-se a ela uma outra concepção na qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.

atividades verbais ou não, das negociações de interação (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 273-303).

Koch e Marcuschi (1998, p. 5) observam que:

(...) ao asseverarem que a referência é aqui tida como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade, defendem também uma referência construída a partir do discurso. Contudo, frisam que não negam a existência da realidade extra-mente nem estabelecem a subjetividade como parâmetro do real, nem dão à linguagem poder criador da realidade; simplesmente, eles procuram defender uma ontologia realista, já que no discurso o mundo é reelaborado, o que caracteriza o chamado mundo textual.

A consumação do processo anafórico não-correferencial parece, muitas vezes, violar as máximas de Grice (1982, p. 81-103), a saber: (a) Máxima da Quantidade: (i) *faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida*; (ii) *não faça sua contribuição mais informativa do que é requerida*. Por outras palavras, num diálogo, informe apenas o necessário; (b) Máxima da Qualidade: *trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira*: (i) *não diga o que você acredita ser falso*; (ii) *não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada*. Ou seja, fale sempre a verdade; (c) Máxima da Relação: *seja relevante*. Fale apenas o que interessa no momento do diálogo; (d) Máxima de Modo: *seja claro, isto é, não seja prolixo e evite ambigüidades*. Isso porque a resolução dessas anáforas exige do interlocutor, muitas vezes, o recurso a estratégias de ordem cognitiva, como as inferências e o recurso a conhecimentos armazenados na memória discursiva⁸.

Por outro lado, a cooperação, elemento essencial às negociações de interação e aos fenômenos da intencionalidade e aceitabilidade⁹, interfere acentuadamente no processo de referenciação aqui adotado e, por decorrência, na construção dos objetos de discurso, uma vez que nesse se investem conhecimentos lingüísticos, conhecimentos partilhados e conhecimentos de mundo.

Desse modo, vejam-se, a seguir as Tabelas 7 e 8 e os gráficos correspondentes, que trazem os dados da ocorrência da anáfora associativa sob foco de análise:

⁸ Um outro segmento a favor da tese de que o processo anafórico não correferencial parece violar as máximas de Grice diz respeito à concepção de referenciação, que pode transgredir os critérios de produção textual voltados para construções com foco no cotexto lingüístico (HEINE, 2007).

⁹ Intencionalidade e aceitabilidade referem-se ao processamento de um texto por parte do seu produtor e à aceitabilidade do seu receptor, respectivamente (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981).

TABELA 1**OCORRÊNCIAS DA ANÁFORA ASSOCIATIVA – JORNAL 1**

TEXTOS	TIPO 01	TIPO 02
01	02	05
02	01	04
03	01	03
TOTAL	04	12

TABELA 2**OCORRÊNCIAS DA ANÁFORA ASSOCIATIVA – JORNAL 2**

TEXTOS	TIPO 01	TIPO 02
01	00	04
02	01	01
03	00	06
TOTAL	01	11

GRÁFICO 1 -OCORRÊNCIAS DA ANÁFORA ASSOCIATIVA – JORNAL 1

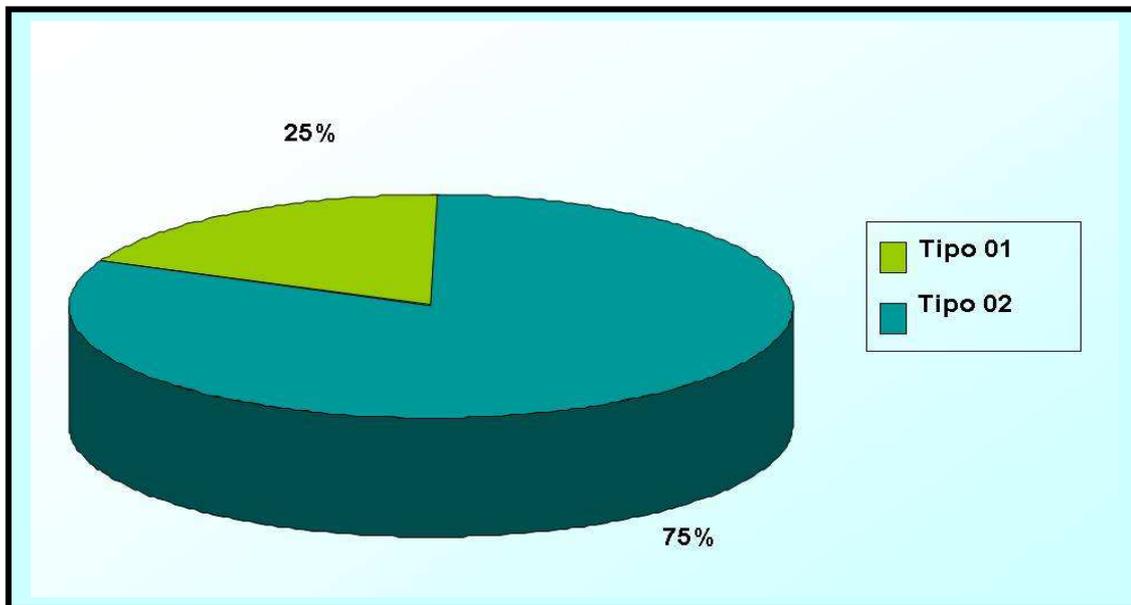
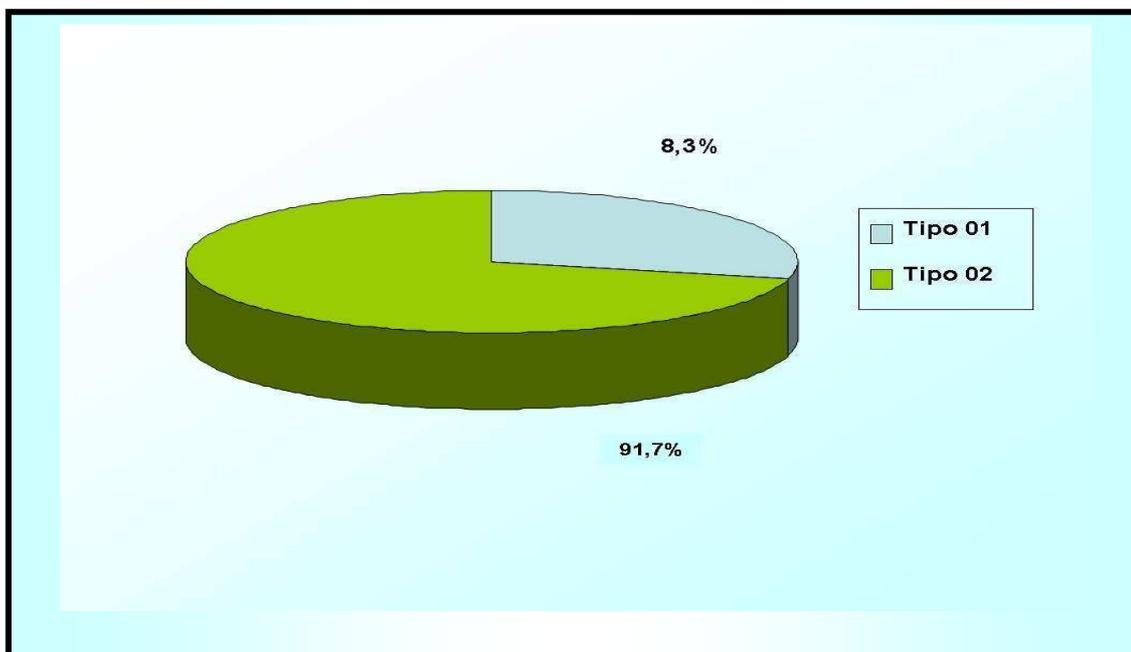


GRÁFICO 2 OCORRÊNCIAS DA ANÁFORA ASSOCIATIVA – JORNAL 2



Nesse momento, considerem-se os resultados dos Gráficos nº 1 e nº 2, que representam, para a anáfora associativa, os seguintes percentuais: no jornal 01, 25% para a anáfora tipo 01 e 75% para a anáfora tipo 02; no jornal 02, 8,3% para a anáfora tipo 01 e 91,7% para a anáfora tipo 2. A presença de itens coesivos, nos textos em análise, atribui-se ao fato da anáfora associativa promover a progressão de um texto, principalmente a partir de um tema, por meio de encadeamentos associativos de cunho sócio-discursivos. A anáfora investigada se baseia nos aspectos sócio-cognitivos do fenômeno anafórico, a partir das noções básicas de referenciação (MONDADA apud MARCUSCHI, 2000) e coerência (conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, inferências, fatores pragmáticos, intertextualidade etc.).

Os temas percorridos nos textos versam sobre assuntos, que circulam em todos os jornais do Brasil e do mundo, constituindo-se, assim, textos jornalísticos: filme, saúde, idosos, prostituição e política.

Quanto ao percentual geral do tipo anafórico analisado, os dados mostram que foram poucas as incidências da anáfora (tipo 01) em relação à anáfora (tipo 02). Dessa forma, é possível inferir que a anáfora (tipo 01) prende-se mais às relações associativas meronímicas, voltadas em geral para o texto enquanto código. Além disso, esse fato tem a ver com os propósitos do autor do texto em função do público alvo, recorrendo, costumeiramente, a elos processados a partir de uma relação de natureza léxico-estereotípica de cunho sócio-cultural (pneus-borracha). Quanto à produtividade da anáfora (tipo 02), talvez seja possível concluir que, por se tratar de textos oriundos da Internet, o processamento textual se apóia em elos associativos, especialmente nos aspectos pragmático-cognitivos.

4.2.1 A anáfora associativa: concepção estreita

A seguir, ilustram-se alguns dos exemplos extraídos do jornal *O Estado de São Paulo*:



O ESTADO DE S.PAULO

Júlio Mesquita
(1891-1927)
DIRETOR
Ruy Mesquita

11/11/05

Jornal 02 – Texto 03

MENTE

MAIS LEVE

Lena Castellón

Nos Eua, tricô ajuda adolescentes ansiosos. E no Brasil a meditação é estudada contra hipertensão e depressão. Um adolescente relatou que o fazer tricô é uma terapia. Um ponto aqui, outro ali. Os olhos grudados nos movimentos das mãos, mas ouvidos atentos ao que dizem em torno. O professor fala e os estudantes tricotam. Parece estranho, mas é assim que alguns alunos do Manhattan Center for Science And Mathematics, dos Estados Unidos, têm assistido aulas. A direção acredita que permitir a prática na sala não é prejudicial. Pelo contrário ajudaria

15 aprimorar a concentração. Em declaração dada recentemente ao jornal inglês The Times, uma assistente do diretor não apenas garantiu isso como acrescentou que os jovens também trabalham com papel caneta. O curioso é que essa não é única instituição americana a liberar o hobby em suas dependências. A atividade tão comum às nossas avós, virou mania nos EUA e no Reino Unido. A moda floresceu a cerca dois anos, gerou clube de tricô nas escolas e invadiu a Internet com sites e blogs sobre o tema.

Verifica-se, nessas relações, a importância de dados sócio-cognitivos no balanceamento entre o explícito e o implícito da interação e observa-se também que as cadeias associativas se efetivam com base em processamentos mentais inferenciais, os quais são capazes não só de desfazer certas ambigüidades, mas também de tecer a própria rede de sentidos do discurso. Segundo Koch (1998, p. 23), as inferências constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem estabelecer a ponte entre o material lingüístico presente na superfície textual e os conhecimentos prévios e/ou partilhados pelos parceiros da comunicação.

Da ilustração anterior, registra-se, por exemplo, a relação anafórica associativa meronímica entre as expressões “um adolescente” e “os olhos grudados”. Nota-se o traço

definitório das anáforas associativas meronímicas, que reside no estatuto semântico do nome anafórico: ele deve ser marcado semanticamente como sendo uma *parte-de*, o que impõe defini-lo relativamente a uma totalidade. Assim, dito de outra forma, é um merônimo e a relação semântica entre o todo (ou holônimo) e a parte (ou merônimo) é de meronímia. O SN-fonte contém o escopo semântico *lato* constituído de uma pluralidade de elementos. O SN anafórico, por outro lado, constitui uma parte do referido SN-fonte, caracterizando também uma relação de hiponímia, sobretudo, pela construção de um objeto-de-discurso em função de seus propósitos pragmáticos.

O SN-fonte (Det indefinido + N item lexical), cujo núcleo é o vocábulo “adolescente”, corresponde ao todo e o SN anafórico associativo (Det definido + item lexical + SA), à parte. Segundo Kleiber (1991), a anáfora associativa será meronímica, se os elementos envolvidos puderem preencher as variáveis:

Um Y associativa tem (geralmente) um X ou Um X é
Uma parte de Y.

O traço semântico “parte de” ou traço meronímico comum a “olhos” possibilita que essas unidades figurem na frase definitiva. Em resumo, as meronímicas canônicas respondem a uma relação mereológica, *a priori* lexicalmente presente no nome da própria parte, devido a seu estatuto semântico de merônimo, que tem como critério identificatório a frase genérica: Um Y é uma parte de um X. É ele que constitui o elemento determinante na ponte inferencial efetuada, porque comporta, de modo inerente, a indicação da relação parte-todo.

Observa-se, também, que as expressões ou descrições nominais definidas, de um determinante definido (artigo definido), caracterizam-se por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades caracterizadoras de um SN fonte, daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para os propósitos do autor. Isto é, trata-se, na maioria dos casos, da ativação dos conhecimentos pressupostos como partilhados com o(s) interlocutor(es), em que o locutor procura ressaltar ou enfatizar, segundo suas intenções, a fim de processar o texto. Como já foi visto anteriormente, no texto acima, cujo título é “Mente mais leve”, a referenciação é construída por meio de expressões nominais, destacando-se a seleção lexical adequada ao tema e ao SN-fonte, por exemplo, “os olhos grudados”, que expressam a prática do fazer tricô como uma terapia, que contribui para aprimorar a concentração do jovem no processo ensino-aprendizagem.

Faz-se necessário registrar, tal como caracterizada anteriormente, que a anáfora associativa, ao selecionar apenas um dos ingredientes que compõem o SN-fonte, introduz um

referente novo (objeto-de-discurso) no texto. Para ilustrar, seguem mais dois exemplos da anáfora tipo 01:

estado.com.br O ESTADO DE S. PAULO JORNAL DA TARDE AGENCIA ESTADO ELDORADO AM ELDORADO FM LISTAO.COM.BR

ASSINE edição impressa

O ESTADO DE S.PAULO

Julio Mesquita (1891-1927)
DIRETOR:
Ruy Mesquita



Leonardo DiCaprio, como policial infiltrado no novo filme de Scorsese retoma aspectos de "Gangues de Nova York".

Diretor assina filme de forte teor político

11/12/2005 **Jornal Nº 01 - Texto 01**

Matt Damon, um dos protagonistas de "os infiltrados", elogia autenticidade de longas do direto

Não existe paz, habitualmente, nos filmes de Martin Scorsese. O conflito é sem fundamento. Não existe um minuto de paz em "Infiltrados": estamos em Boston e a polícia tenta organizar uma operação contra a gangue de Frank Costello (Jack Nicholson). Para tanto, convoca o explosivo policial Billy Costigan (Leonardo DiCaprio) para a ingrata missão de se infiltrar entre os mafiosos. Em um filme, existe a autenticidade que não há como imitar na telas com Marty [Scorsese] e ela se deve ao fato de que ele usam apenas pessoas reais, mas também ao acesso que os atores têm a essas pessoas reais, para compreender ao máximo os personagens que eles representam", conta. Este filme retoma certos aspectos de "gângues de Nova York", como a idéia da ação secreta de alguém que se une ao inimigo visando aniquilá-lo. Se "gângues" faziam referência à origem violenta, bárbara de Nova York, que seria uma espécie de segunda natureza da nação, aqui, Scorsese se refere, à hora tantas, a um país onde todo mundo odeia todo mundo. Dito isso, um teatro está às voltas com o tema da traição que é um sucedâneo da espionagem no sentido de jogo duplo, desde que os personagens, o mais antagonista, representem papéis: ser o que são e também seus contrários. Esse jogo nos conduz por um estranho xadrez em que o bem e o mal tornam-se instituições intercambiáveis. O mocinho e o bandido são figuras num espelho. Quem é um e

quem é outro? Qual é a realidade e qual é a aparência? Essa é a questão que o mundo contemporâneo nos coloca todo tempo: o que é simples imagem e que imagem contém verdade?

Mas esses "personagens-espelhos" existem neste país em que todo mundo se odeia e isso faz diferença no filme. É possível que as pessoas não se odeiem mais, "nesse país", do que em qualquer outra parte do mundo, mas para Scorsese isso não minimiza o fato de haver aí uma disfunção. Desta vez o conflito se reveste de um caráter ético-político claro, como nos filmes do diretor do começo dos 70. Não por acaso, os infiltrados são chamados de "ratos" por Costello. Esses roedores acabam com tudo, minam tudo. Mas ele próprio, Costello, se serve deles, porque os ratos não são uma anomalia, eles são fundamentos do funcionamento desse mundo. À medida que o filme evolue, passamos, com efeito, do fato isolado, do drama individual dos dois homens, suas motivações e armas, para uma observação geral sobre o funcionamento das instituições. É a maneira cruel de Martin Scorsese observar o mundo a América em particular, não vem de hoje. É essa a maneira como adapta a um momento em que o cinema político parece ressurgir com força, colocando o tema da degradação dos costumes e da corrupção à frente: assim fazem Claude Chabrol ("A comédia do poder") e Nanni Moretti ("O crocodilo").

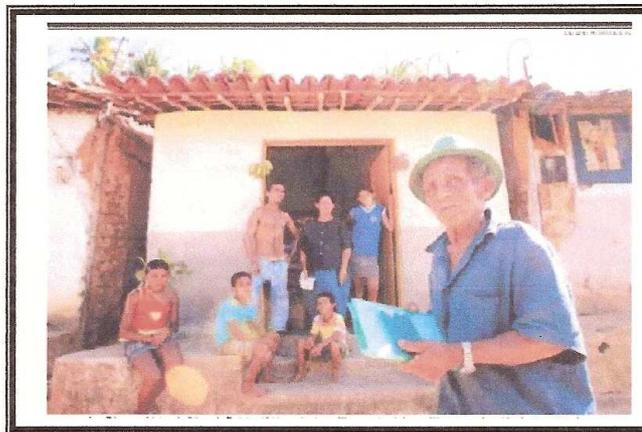
No exemplo (15), tem-se também uma outra ocorrência de anáfora associativa meronímica, que, do ponto de vista léxico-semântico, constitui um suporte ativado na configuração de relações textuais do tipo anafórico, definindo-se, basicamente, como um processo interpretativo, em que é inserida uma relação de dependência entre o SN-fonte e o SN anafórico. Essa relação é mediada através de uma associação de natureza lexical, baseada no conhecimento de mundo, que une as entidades lexicais de forma estereotípicas. Esse exemplo se particulariza, porque se encontra em forma de cadeia anafórica, permitindo a progressão textual a partir de um processamento, que, segundo Koch (1993), ocorre por meio de ligações indiretas, à medida que os interlocutores do discurso, a depender do seu grau de interação e de seus objetivos no ato comunicativo, selecionam uma propriedade do SN-fonte.

A construção de uma cadeia referencial inicia-se com a introdução de um SN-fonte que será retomado através de um novo objeto-de-discurso. Compete ao autor do texto escolher a expressão adequada para cada introdução e retomada do SN-fonte. Nesse processo, há restrições, tendências, preferências, além de outros aspectos importantes envolvidos, como o grau de inferência exigido pelo leitor e a intenção do autor. No texto acima, o SN-fonte é introduzido por meio de uma expressão nominal indefinida: “um filme”. A partir dessa introdução, ele passa a ser reativado por meio de várias estratégias de retomada anafórica, sendo formada, assim, a cadeia referencial dessa entidade discursiva. A análise dos textos, nesta pesquisa, permite ainda concluir que a anáfora é uma estratégia importante para a progressão textual, devido à relação de coerência e coesão que se impõe num determinado contexto.

IBGE: 64% DOS IDOSOS SUSTENTAM FAMÍLIA

Cresce com a expectativa de vida o número de pessoas nessa situação

Ernesto Rodrigues



64% dos idosos respondiam por suas famílias. Para Juez de Castro Oliveira,

A tábua completa de mortalidade apresentada ontem pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística, expõe um fenômeno social: aumentou

de 60% a 85%, nas últimas décadas, o número de idosos responsáveis pelo sustento da casa. Uma família com todos desempregados: é o caso do Sr. Alvino da Silva Ribeiro que aos 70 anos mora com os filhos, netos e bisnetos. Em 1994 encaixavam-se neste perfil 688 mil pessoas com 65 anos ou mais, números que em 2000, 64% dos idosos respondiam por suas famílias. Para Juez de Castro Oliveira, Gerente dos Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, além da existência de um maior número de idosos, há outros fatores para a essa situação, como o fato de os filhos estarem deixando a casa de seus pais mais tardiamente. Dificuldades financeiras também podem influir. Houve ainda forte crescimento das situações em que o responsável pela família é 15 mulher. O levantamento do IBGE mostra também que a expectativa média de vida do brasileiro referente a 2005 subiu para 71,9 anos (68,2 para os homens e 75,8 para as mulheres), com aumento de 2 meses e 12 dias.

Destacam-se, no exemplo (16), quatro sintagmas nominais, a saber: uma família (SN-fonte) e três SNs – filhos, netos e bisnetos, que desempenham, nesse texto, a função de elos associativos, resultando em uma cadeia anafórica.

O autor do texto tece considerações a respeito das condições dos idosos aposentados, responsáveis pelo sustento familiar, em que o próprio Sr. Alvino faz parte dessa cadeia associativa.

Esse tipo de anáfora também mantém traços léxico-semânticos, que se encarregam, de forma específica, de estabelecer e manter a referenciação. A referenciação consiste na

construção e reconstrução de objetos-de-discurso, isto é, eles são construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso. As formas de referência são escolhas do sujeito, em interação com outros sujeitos, em função de um querer-dizer.

No exemplo acima, efetiva-se uma retomada associativa meronímica, por ter selecionada uma das propriedades discursivas do elemento-fonte, a fim de consumir a referida associação anafórica. Nesse sentido, é interessante registrar as considerações de Koch (1998, p. 309-320), a respeito dessa coesão textual:

O uso de uma expressão definida implica sempre uma escolha dentre as propriedades ou qualidades que caracterizam o referente, escolha esta que será feita de acordo com aquelas propriedades e qualidades que, em dada situação de interação, em função dos propósitos a serem atingidos, o produtor do texto tem interesse em ressaltar ou mesmo tornar conhecidas de seu(s) interlocutor(es).

Nesse caso, configurada por meio da relação de meronímia, a relação entre o SN e o anafórico baseia-se em uma regra de implicação, na qual a expressão anafórica especifica e evoca uma nova entidade lexical correspondente ao SN-fonte. Há, portanto, um fenômeno de incompletude semântica, que deve ser resolvido, inferencialmente, com base em ligações semânticas e informação contextual, porque as entidades lexicais envolvidas, nessa relação, não permitem a identificação de traços comuns semânticos entre elas.

Dessa forma, a representação do referente (objeto-de-discurso) está subjacente a uma implicação estrita, baseada no conhecimento partilhado do elo estereotípico, existente entre o anafórico e o seu antecedente.

A anáfora associativa funda-se em uma inferência dedutiva, através da qual se atribui a uma entidade não explícita o papel de foco da relação anafórica. Essa atribuição baseia-se em uma dependência da natureza funcional, em que o conhecimento lexical e enciclopédico, no exemplo, “filhos, netos e bisnetos”, fazem parte de um contexto familiar. Esses elementos servem como pistas para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória. Enfim, todo o contexto lingüístico ou - cotexto - vai contribuir, de maneira ativa, na construção de coesão e coerência textual.

4.2.2 A anáfora associativa: concepção larga

A seguir, são apresentados alguns exemplos extraídos do Jornal *O Estado de São Paulo*, no que se refere à anáfora associativa de concepção larga:



SALADA AZUL



Tomate azulado criado por cientistas fica esquisito no prato - mas ajuda na prevenção de doenças cardiovasculares

Cilene Pereira

Não se trata mais de um lançamento da gastronomia química ou molecular, a onda que transformou em laboratórios algumas das mais célebres cozinhas do mundo. Essa motivação é acadêmica. Pesquisadores da Universidade de Oregon, nos Estados Unidos criaram tomate azul e esperam torná-lo disponível no mercado o mais breve possível. O macarrão ao sugo... A salada com o verde da alface e o... tão azulado do tomate colorem a mesa com essa descoberta. As amostras oferecidas a pequenos grupos de consumidores foram aprovadas com entusiasmo. O que dá a cor inusitada ao tomate é a presença em grande quantidade das antocianinas, os pigmentos responsáveis pela coloração como a uva e a cereja. O composto foi adicionado artificialmente para aumentar o potencial nutritivo do tomate, um dos alimentos mais consumidos pela humanidade. As antocianinas apresentam um enorme poder antioxidante. Elas contribuem para evitar processos importantes que levam ao desgaste do organismo. Entre outros efeitos, pigmentos azuis ajudam a impedir reações que levam ao envelhecimento precoce das células e auxilia no controle do colesterol. Há também relatos sobre uma possível eficácia no combate às bactérias que atacam os dentes. Enxaguatórios bucais com as substâncias estão sendo

30 testadas. O desenvolvimento do fruto começou há seis anos, a partir do cruzamento de espécies da introdução de genes que estimulam a produção do pigmento. Mas o resultado mostrou que o composto não fica 35 presente em todo fruto.

A razão para isso é o fato de que a antocianina só é fabricada nas áreas dos alimentos expostas à radiação solar. Quanto ao sabor, os 40 cientistas garantem se possíveis cultivar tomates azuis com gosto muito parecido aos dos vermelhos. O Coordenador do trabalho, professor de Jim Mayers, acredita que a espécie poderá ser cultivada em muitas regiões 45 do planeta. "Com as condições climáticas corretas e o manejo acertado, eles poderão crescer em vários locais": assegurou Myres.

O texto acima trata de um assunto específico da gastronomia, isto é, a criação de um tomate azulado por cientistas, com o objetivo de prevenir doenças cardiovasculares. E assim o autor vai tecendo o seu texto, construído por progressão textual, em que se destacam como elemento de coesão e coerência, as anáforas associativas.

As cadeias referenciais percorrem o texto, assumindo papéis muito importantes no discurso: a construção do sentido global do texto e a construção de referentes (objetos-de-discurso), com o objetivo de o autor e/ ou leitor organizar as informações no texto, promovendo um equilíbrio entre o SN-fonte e as novas informações. Dessa forma, as cadeias referenciais são responsáveis pelo processamento do texto.

Do texto em análise, cujo título é **Salada azul**, destaca-se ainda a relação anafórica associativa (tipo 02), expressa por meio da âncora – **salada azul** – e do SN anafórico **tomate azulado**. O título de um texto, segundo Marcuschi (1983, p. 20), tem o poder de avançar comunicativamente elementos cognitivos, em termos de expectativas. Ele representa a base para a primeira seleção entre as possibilidades de expectativas. Assim, o título faz com que o leitor espere algo muito mais marcado do que o título do texto.

No texto em estudo, o título, por desempenhar os fatores perspectivais, avançando expectativas sobre o conteúdo, processa a relação anafórica associativa acima referida, embora o elemento anafórico não represente um ingrediente da sua âncora correspondente. Daí o porquê de ser considerada uma anáfora associativa de cunho discursivo, visto que a costura textual é feita, pautada nos conhecimentos de mundo, dentre outros. Como se observa, as expressões referenciais são multifuncionais, pois indicam pontos de vista, assinalam direções argumentativas de acesso ao referente, reativando os objetos presentes na memória.

Esse tipo de anáfora associativa (tipo 02) baseia-se em esquemas cognitivos ou modelos mentais, depositados na memória de longo prazo, e, conforme Marcuschi (2000), trata-se de uma relação anafórica indireta, isto é, de uma relação que se estabelece a partir de âncoras¹⁰ cotextuais e não exatamente com base em referentes explícitos. Por se caracterizar dessa forma, é que a anáfora associativa, em seus *frames* ou *scripts*, requer de quem escreve e de quem lê o uso de estratégias cognitivas, que se apóia, principalmente, em conhecimentos de mundo e conhecimentos sócio-pragmáticos. Outrossim, é interessante notar, para esse tipo de anáfora, que a âncora cotextual, à qual o anafórico se liga ou, mentalmente, se associa, vai sendo ampliada, à medida que o *frame* se estabelece no discurso.

¹⁰ Ver Marcuschi (2000).

Verifica-se, nessas relações, a importância de dados sócio-cognitivos no balanceamento entre o explícito e o implícito da interação. Observa-se, também, que as cadeias associativas se efetivam, com base em processamentos mentais inferenciais, os quais são capazes não só de desfazer certas ambigüidades, mas também de tecer a própria rede de sentidos do discurso. Segundo Koch (1998, p. 23), as inferências constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem estabelecer a ponte entre o material lingüístico, presente na superfície textual, e os conhecimentos prévios e/ ou partilhados dos parceiros da comunicação.

Como foi visto, no texto analisado, as expressões nominais referenciais desempenham uma série de funções cognitivo-discursivas de grande relevância na construção textual do sentido, quais sejam: processam retomadas indiretas, a partir de âncoras textuais e, ao mesmo tempo, constroem sentidos por meio de estratégias que inserem novos referentes (objetos-de-discurso).

Nesse mesmo texto, destaca-se ainda a ocorrência da anáfora associativa, que se processa por meio de retomadas sucessivas, caracterizando o que se costuma denominar cadeia referencial.

A construção de uma cadeia referencial inicia-se com a introdução de um SN-fonte – **Salada azul** –, que, por sua vez, será retomado, no texto, por meio de objetos-de-discurso. No exemplo acima, **um lançamento da gastronomia química ou molecular** é introduzido por meio de uma expressão indefinida. A partir dessa introdução, ele passa a ser reativado por meio de várias estratégias de retomada anafórica, sendo formada, assim, a cadeia referencial dessa entidade discursiva. O ponto destacável nessa cadeia é a apresentação das diversas formas nominais anafóricas e a presença dos modificadores, tais como: **o macarrão ao sugo... A salada com o verde da alface e o... tom azulado do tomate.**



O ESTADO DE S.PAULO

Julio Mesquita
(1891-1927)
DIRETOR:
Ruy Mesquita

11/11/05 Jornal 02 – Texto 03

MENTE

MAIS LEVE

Lena Castellón

Nos EUA, tricô ajuda adolescentes ansiosos. E no Brasil a meditação é estudada contra hipertensão e depressão. Um adolescente relatou que o fazer tricô é uma terapia. Um ponto aqui, outro ali. Os olhos grudados nos movimentos das mãos, mas ouvidos atentos ao que dizem em torno. O professor fala e os estudantes tricotam. Parece estranho, mas é assim que alguns alunos do Manhattan Center for Science And Mathematics, dos Estados Unidos, têm assistido aulas. A direção acredita que permitir a prática na sala não é prejudicial. Pelo contrário ajudaria

15 aprimorar a concentração. Em declaração dada recentemente ao jornal inglês The Times, uma assistente do diretor não apenas garantiu isso como acrescentou que os jovens também trabalham com papel caneta. O curioso é que essa não é única instituição americana a liberar o hobby em suas dependências. A atividade tão comum às nossas avós, virou mania nos EUA e no Reino Unido. A moda floresceu a cerca dois anos, gerou clube de tricô nas escolas e invadiu a Internet com sites e blogs sobre o tema.

No exemplo (17), encontra-se uma anáfora associativa, na qual o autor relata o desenvolvimento e repercussão da atividade de fazer tricô como terapia. Ao tratar do tricô, o autor efetiva a progressão textual, a partir de expressões nominais como **a moda**, o que permite, por sua vez, a reativação do SN tricô e a consumação do elo coesivo tricô-**moda**, estabelecendo com o mesmo uma relação indireta. No texto, o SN-fonte está no início e esse SN anafórico é evocado como um novo objeto-de-discurso, partindo de informações prévias, que englobam tanto as informações explícitas, veiculadas por vias lingüísticas, quanto as implícitas, que, juntamente com aquelas, são introduzidas na memória discursiva.

Acredita-se que a resolução da anáfora associativa invocaria, de modo especial, as representações cognitivas permanentes, estocadas na memória, a longo e a curto prazo, que, nessas circunstâncias, podem ter prioridade sobre as representações mais contingentes, contribuindo, assim, de maneira especial para a interpretação anafórica.

As inferências são de grande importância na questão da referenciação, pois colocam em jogo operações de raciocínio. São operações lógicas naturais, frequentemente muito complexas, que consistem não somente em inferir um objeto-de-discurso, mas também em inferir um atributo de objeto, a partir de um outro atributo de objeto.

Esse tipo de referenciação textual consiste em um dos principais mecanismos, que contribui com a manutenção temática de um texto e se insere no processo de coesão seqüencial. Esse processo de coesão diz respeito aos procedimentos lingüísticos, por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto, diversos tipos de relações semânticas e pragmáticas (KOCH, 1993, p. 49).

De acordo com Koch (1993), a coesão seqüencial realiza-se de duas formas: (a) seqüenciação frástica, processada sem recorrência das expressões lingüísticas; (b) seqüenciação parafrástica, com procedimentos de recorrência de termos. Como a progressão textual por meio da anáfora associativa ocorre apoiada em retomadas coesivas por associações indiretas, sem proceder a repetições de determinadas expressões, tem-se, nesse tipo de elo coesivo, uma das formas da progressão textual por seqüenciação frástica (HEINE, 2000).

A seqüenciação frástica efetiva-se por diferentes mecanismos, dentre os quais se destaca a progressão temática, que se realiza ora por procedimentos que envolvem o desenvolvimento do tema, ora o do rema (KOCH, 1993). Esse processamento ocorre por ligações indiretas, à medida que os interlocutores do discurso, em função do grau de interação e seus objetivos da comunicação, selecionam uma das propriedades do SN-fonte, a fim de fazer o texto progredir.

Embora Koch apresente esse tipo de anáfora como coesão seqüencial, no entanto, a análise dos dados evidencia que a sua comunicação envolve, simultaneamente, a coesão seqüencial e referencial, estabelecendo um *continuum* permanente entre os elementos envolvidos na anáfora associativa (HEINE, 2007).

Em suma, os resultados comprovam, no que tange à questão da coesão textual, uma preponderância significativa da anáfora associativa, que processa costuras textuais, com base em uma complexa relação entre língua, mundo e pensamento, estabelecida no discurso.

Do ponto de vista interacional, o processo referencial está sempre sujeito a uma constante regulação entre os interesses do produtor e do interpretador, ou seja, uma operação

referencial põe em questão um compromisso entre os interesses estratégicos do produtor (ser econômico e eficaz) e os do intérprete (buscar pistas textuais como ancoragem necessária à resolução da expressão referencial).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Dissertação, buscou-se caracterizar os processos anafóricos associativos, focalizando, especialmente, os aspectos sócio-cognitivos que estão presentes na atividade discursiva.

Assim, *Aspectos da anáfora associativa* teve como problema central o estudo das costuras associativas, pautando-se, sobretudo, nas suas duas principais ocorrências: a concepção estreita e a larga, que, respectivamente, processam ligaduras textuais, por meio de relações meronímicas e através de relações voltadas, em especial, para os fenômenos sócio-discursivos, tendo como base os pressupostos da Linguística Textual.

Esta pesquisa teve como um dos alicerces teóricos a noção de língua como atividade social, apoiando-se na noção de referenciação, segundo Mondada e Dubois (1995), que concebem a língua não como produto, mas como processo a partir da sua consumação, significando que ela refuta a semântica *a priori*. Os referentes são construídos no discurso e denominados, assim, de objetos-de-discurso, isto é, objetos dependentes das operações cognitivas.

Assim, um dos objetivos da pesquisa foi o de ressaltar a importância que as referidas anáforas exercem na progressão textual, contribuindo, de forma substantiva, para o seu processamento como um todo, e, de forma indireta, conscientizar a necessidade de se trabalhar, no que se refere ao ensino de línguas, com os paradigmas formal e funcional, oriundos da Ciência da Linguagem.

Os resultados apontam para uma sensível diferença no uso dessas anáforas indiretas (não-correferenciais) e, em se tratando do gênero textual (jornal), evidenciam menor presença daqueles elementos coesivos. Nesse momento, consideram-se os resultados das Tabelas nº 01 e nº 02, que representam, para a anáfora associativa, os seguintes percentuais: no jornal 01, 25% para a anáfora tipo 01 e 75% para a anáfora tipo 02; no jornal 02, 8,3% para a anáfora tipo 01 e 91,7% para a anáfora tipo 02. A presença de itens coesivos, nos textos em análise, atribui-se ao fato da anáfora associativa promover a progressão de um texto, principalmente a partir de um tema, por meio de encadeamentos associativos de cunho sócio-discursivos. A anáfora investigada se baseia nos aspectos sócio-cognitivos do fenômeno anafórico, a partir das noções básicas de referenciação (MONDADA apud MARCUSCHI, 2000) e coerência

(conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, inferências, fatores pragmáticos, intertextualidade etc.).

Quanto ao percentual geral do tipo anafórico analisado, os dados mostram que foram poucas as incidências da anáfora tipo 01, em relação à anáfora tipo 02. Dessa forma, é possível inferir que a anáfora tipo 01 prende-se mais às relações associativas meronímicas, voltadas, em geral, para o texto enquanto código. Além disso, esse fato tem a ver com os propósitos do autor do texto em função do público alvo, recorrendo, costumeiramente, a elos processados, a partir de uma relação de natureza léxico-estereotípica de cunho sócio-cultural.

No que se refere à produtividade da anáfora tipo 02, talvez seja possível concluir que, por se tratar de textos oriundos da Internet, o processamento textual se apóia em elos associativos, especialmente nos aspectos pragmático-cognitivos. Este estudo permite, ainda, inferir que, embora Koch apresente esse tipo de anáfora como coesão seqüencial, a análise dos dados evidencia que a sua comunicação envolve, simultaneamente, a coesão seqüencial e referencial, estabelecendo um *continuum* permanente entre os elementos envolvidos na anáfora associativa (HEINE, 2007).

A realização deste estudo possibilitou observar o processamento da anáfora nos textos jornalísticos, e permitiu esclarecer e definir certos aspectos, que se relacionam à ocorrência dos elos coesivos no processamento textual. Com esses resultados, observou-se que a construção de anáforas associativas referenciais pressupõe uma adequação às condições e restrições lingüísticas do tipo de texto em estudo, o que pode vir a ser tema para outra investigação.

Para chegar a essas observações, foi adotada, em primeiro lugar, a noção de língua e texto, enfatizando-a enquanto atividade social. Quanto aos processos anafóricos, foi apresentada a proposta de Halliday e Hassan (1976), a fim de caracterizar a concepção de anáfora *scrito sensu*, que abarcaria a anáfora correferencial, destacando-se algumas de suas limitações, tais como: (a) o vínculo da expressão anafórica com o antecedente pontualizado no cotexto; (b) a noção de referência, segundo Brown e Yule (1983, p. 192). A partir de uma revisão dessa abordagem, esses estudiosos, Apothelóz (1995) e Marcuschi (2000) chegam a uma concepção mais ampla do processo anafórico, isto é, a anáfora *lato sensu*, que abarca todos os tipos de elos coesivos, a partir da não-correferencialidade. Para este estudo, apoiou-se na noção de referência de Mondada e Dubois (1995), que a concebem não como produto (como etiqueta de objetos do mundo), mas como um processo construído, a partir do uso lingüístico. Assim, os referentes são objetos-de-discurso, dependentes de operações cognitivas, o que é endossado por Koch e Marcuschi (1998, p. 5-6), que defendem uma

ontologia realista, uma vez que no discurso tem-se o mundo textual, ou seja, a reelaboração do mundo real em função dos conhecimentos prévios e dos objetivos ou metas dos seus interlocutores (HEINE, 2000).

Desse modo, confirmaram-se as hipóteses de que:

(a) o processo anafórico se estabelece a partir de associações semânticas e cognitivas, realizadas pelos interlocutores do discurso;

(b) o processo anafórico não se restringe apenas à operação que condiciona a presença de um SN-fonte como elemento *sine qua non* à sua consumação;

(c) a interpretação do elemento anafórico não ocorre meramente por meio de relação correferencial entre dois termos expressos no texto;

(d) o processo anafórico associativo se efetiva, costumeiramente, por meio de operações meronímicas;

(e) o processamento textual realiza-se, através de coesão seqüencial e referencial.

Essas hipóteses são sustentadas pela abordagem funcionalista, que representa a possível escolha e seleção realizadas pelo autor, intencionalmente, em um sistema lingüístico, no momento de sua aplicabilidade.

Os resultados dos dados alicerçam-se, inicialmente, em tabelas e gráficos, que apresentam os percentuais de ocorrência anafórica (ver tabelas e gráficos). Pode-se observar que a maior produtividade foi de anáforas associativas tipo 02, que incidiu na do tipo 01. Nesse resultado, verificou-se a importância da anáfora como elo coesivo na costura do texto, em que envolvem, no seu processamento, a estratégia cognitiva da inferenciação. Notou-se também que os esquemas cognitivos relacionados a um determinado evento são ativados no processo inferencial do discurso. Esses esquemas se relacionam com os conhecimentos gerais partilhados entre os interlocutores, os conhecimentos relativos às experiências individuais do leitor.

Este estudo tem também uma aplicabilidade pedagógica em atividades de texto, no que se refere às relações de coesão e coerência de texto, pois o professor pode, em suas aulas, dar um melhor tratamento ao texto.

Finalmente, sugere-se um estudo da anáfora associativa, com a possibilidade de abordar outros aspectos sócio-cognitivos do processamento textual, contemplando a classificação proposta por Heine, a partir de sua Tese.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, Denis. *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans l'anaphore dans la dynamique textuelle*. 1995. 347 f. Tese (Doutorado). Faculté des Lettres de l'Université de Neuchâtel, Genève, 1995.
- APOTHÉLOZ, Denis, REICHLER-BENGUELIN, Marie Jose. *Construction de la référence et stratégies de designation*. In: BERRENDODONNER, Alain, REICHELE-benguelin, Marie Jose (eds). *Du Syntagma nominal aux objets-de-discourse: SN complexes, nominalisations anaphores*. Suisse: Institut de Linguistique Université de Neuchatel, 1995. p.227-271.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. Londres: Longman, 1981.
- BEAUGRANDE, Robert de. *Text, discourse, and process*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1990.
- BENTES, Anna Christina. *Linguística textual*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1, p. 245-287.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães; et al Campinas: Pontes, 1989.
- BONINI, Adair. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002.
- BRAIT, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. São Paulo: Pontes, 2001.
- BROWN, Gillian; YULE, George. *Discourse analysis*. Cambridge: University Press, 1983.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.
- CHAROLLES, Michel. *Anaphore associative, stéréotype et discours*. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Org.). *L'anaphore associative*. Paris: Klincksieck, 1991. p. 67 - 90.
- CHOMSKY, Avram Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Armado, 1965.
- CHOMSKY, Avram Noam. *Linguística e pensamento*. 2. ed. Trad. Francisco M. Guimarães. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- CORNISH, F. *Anaphore pragmatique, référence et modes du discours*. In: KLEIBER, G. Tyuaestk (Ed.). *L'anaphore et ses domaines*. Paris: Klincksieck, 1990. p. 81-96.

- CRYSTAL, David. *El lenguaje e internet*. Madrid: Cambridge University Press, 2002.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: UNICAMP, 1982. v. 4.
- DIJK, Teun Adrianus van. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1972.
- DIJK, Teun Adrianus van. *Text and context*. London: Longman, 1977.
- DIJK, Teun Adrianus van. *Cognitive context models and discourse*, 1994. (no prelo).
- DUBOIS, Daniele; LAVIGNE-TOMPS, Frédéric. Anaphore associative et traitements cognitifs. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Org.). *L'anaphore associative*. Paris: Klincksieck, 1991. p. 273- 296.
- DUBOIS, Jean et. al. *Dicionário de linguística*. Trad. Francisco Pessoa et al. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FAUCONNIER, Gilles. *La coréférence, syntaxe ou sémantique*. Paris: Seuil, 1974.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCK, Ingedore Grünfeld Villaça. *Linguística textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1979.
- GRICE, H. P. Lógica e comunicação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: UNICAMP, 1982. p. 81-103
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. São Paulo: Pontes, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HEINE, Lícia M. B. *Aspectos do uso da anáfora no português oral*. 2000. 448 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

HEINE, Lícia M. B. Notas de aula, 2007.

HYMES, Dell. A cerca de la competência comunicativa. In: *COMPETENCIA comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madrid: EDESELSA, 1995. p. 27-46.

ILARI, Rodolfo. *Perspectiva funcional da frase*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 53-92.

JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

KLEIBER, Georges. Anaphore associative, antécédent et définitude. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Org.). *L'Anaphore associative*. Paris: Klincksieck, 1991. p. 153 – 173.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *A coesão textual*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. Cognição e processamento textual. In: *Revista da ANPOLL*, v. 2, 1996. p. 35 – 44.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. O desenvolvimento da lingüística textual no Brasil. *Revista D.E.L.T.A.: 30 anos de ABRALIN*, v. 15, n. especial, p. 167 – 182, 1999.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processo de referência na produção discursiva. *Revista D.E.L.T.A.*, número especial, p. 169-190, 1998.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). *Referênciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). *Texto e coerência*. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. 70 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LYONS, John. *As idéias de Chomsky*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimental. São Paulo: Nacional, 1979.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Lingüística de texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e Lingüística, 1983.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Estratégias de identificação referencial na interação face a face*. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional da ABRALIN, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore G. V. *Gramática do português falado: desenvolvimento*. Campinas: Edunicamp/Fapesp, 1997. v. 6, p. 95-130.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: processos de retextualização*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Referência e cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. Apresentado no Encontro de Lingüística em dezembro de 1998, UFJF, Juiz de Fora.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; PAIVA, Dionísio Ângela (Org.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. *Hipertexto e gêneros digitais*. São Paulo: Lucerna, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. *Hipertexto e gêneros digitais*. São Paulo: Lucerna, 2000.

MARTINET, André. *Função e dinâmica das línguas*. Trad. de Jorge de Moraes Barbosa. Coimbra: Almedina, 1995.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construction des objets de discours et categorisation. In: BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (Org.).

Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalisations, anaphores. Suisse: Institut de Linguistique de l'Université de Neuchatel, 1995. p. 273-302.

MOURA, Heronildes Maurílio de M. *Significação e contexto: uma introdução à questão de semântica e pragmática.* Florianópolis: Insular, 1999.

MUERER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. *Gêneros, teorias, métodos, debates.* São Paulo: Parábola, 2005.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.* São Paulo: Cortez, 2001. v. 2. p. 101-142.

NASCIMENTO, Milton do. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 6, n. 1, p. 83-98, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática de usos é uma gramática funcional. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística, ABRALIN*, Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, p. 27-37, 1979.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. *ALFA*, São Paulo, v. 38, p.103-127, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.* 4. ed. São Paulo: Pontes, 2000.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.* São Paulo: Cortez, 2001. v. 2, p. 47-48.

ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística.* Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ROBINS, R. H. *A short history of linguistics.* 4. ed. New York: Addison Wesley Longman, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral.* Trad. Antônio Chelini et al. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1961.

SCHIMIDT, Siegfried. *Lingüística e teoria do texto.* Trad. Ernest F. Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978.

TREVISAN, Eunice Maria Costegnaro. *Leitura: coerência e conhecimento prévio: uma exemplificação com frame carnaval.* Santa Maria: UFSM, 1992.

UJMA, Laurence. Sensibilité et l'anaphore associative aux repères spatiaux. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Org.). *L'anaphore associative.* Paris: Klincksieck, 1991. p. 129-148.

ANEXOS



O ESTADO DE S.PAULO

Julio Mesquita
(1891-1927)
DIRETOR:
Ruy Mesquita

12/12/2005

Jornal 01-

SALADA AZUL



Tomate azulado criado por cientistas fica esquisito no prato - mas ajuda na prevenção de doenças cardiovasculares

Cilene Pereira

Não se trata mais de um lançamento da gastronomia química ou molecular, a onda que transformou em laboratórios algumas das mais célebres cozinhas do mundo. Essa motivação é acadêmica. Pesquisadores da Universidade de Oregon, nos Estados Unidos criaram tomate azul e esperam torná-lo disponível no mercado o mais breve possível. O macarrão ao sugo... A salada com o verde da alface e o... tão azulado do tomate colorem a mesa com essa descoberta. As amostras oferecidas a pequenos grupos de consumidores foram aprovadas com entusiasmo. O que dá a cor inusitada ao tomate é a presença em grande quantidade das antocianinas, os pigmentos responsáveis pela coloração como a uva e a cereja. O composto foi adicionado artificialmente para aumentar o potencial nutritivo do tomate, um dos alimentos mais consumidos pela humanidade. As antocianinas apresentam um enorme poder antioxidante. Elas contribuem para evitar processos importantes que levam ao desgaste do organismo. Entre outros efeitos, pigmentos azuis ajudam a impedir reações que levam ao envelhecimento precoce das células e auxilia no controle do colesterol. Há também relatos sobre uma possível eficácia no combate às bactérias que atacam os dentes. Enxaguatórios bucais com as substâncias estão sendo

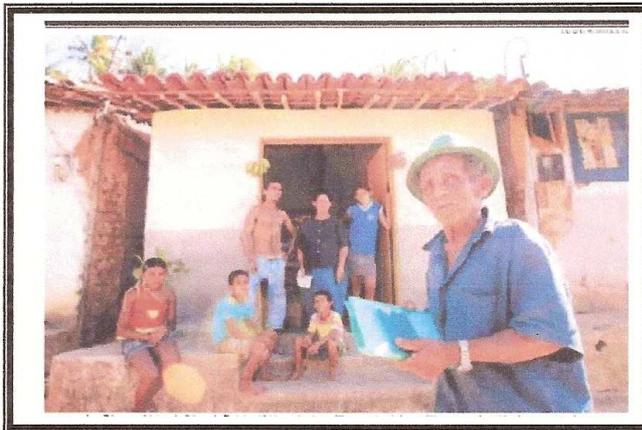
30 testadas. O desenvolvimento do fruto começou há seis anos, a partir do cruzamento de espécies da introdução de genes que estimulam a produção do pigmento. Mas o resultado mostrou que o composto não fica presente em todo fruto.

A razão para isso é o fato de que a antocianina só é fabricada nas áreas dos alimentos expostas à radiação solar. Quanto ao sabor, os cientistas garantem se possíveis cultivar tomates azuis com gosto muito parecido aos dos vermelhos. O Coordenador do trabalho, professor de Jim Mayers, acredita que a espécie poderá ser cultivada em muitas regiões do planeta. "Com as condições climáticas corretas e o manejo acertado, eles poderão crescer em vários locais": assegurou Myres.

IBGE: 64% DOS IDOSOS SUSTENTAM FAMÍLIA

Cresce com a expectativa de vida o número de pessoas nessa situação

Ernesto Rodrigues



64% dos idosos respondiam por suas famílias. Para Juarez de Castro Oliveira,

A tábua completa de mortalidade apresentada ontem pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística, expõe um fenômeno social: aumentou

de 60% a 85%, nas últimas décadas, o número de idosos responsáveis pelo sustento da casa. Uma família com todos desempregados: é o caso do Sr. Alvino da Silva Ribeiro que aos 70 anos mora com os filhos, netos e bisnetos. Em 1994 encaixavam-se neste perfil 688 mil pessoas com 65 anos ou mais, números que em 2000, 64% dos idosos respondiam por suas famílias. Para Juarez de Castro Oliveira, Gerente dos Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, além da existência de um maior número de idosos, há outros fatores para a essa situação, como o fato de os filhos estarem deixando a casa de seus pais mais tardiamente. Dificuldades financeiras também podem influir. Houve ainda forte crescimento das situações em que o responsável pela família é mulher. O levantamento do IBGE mostra também que a expectativa média de vida do brasileiro referente a 2005 subiu para 71,9 anos (68,2 para os homens e 75,8 para as mulheres), com aumento de 2 meses e 12 dias.



MILIONÁRIOS POR UM DIA

Hotel dá curso de luxo para funcionários de baixa renda entenderem como é a vida dos ricos

Alguns hotéis brasileiros da rede Accor estão recorrendo a uma modalidade de ensino que permite a seus funcionários viver como milionários por um dia. Essa técnica já havia sido implantada com sucesso em unidades da Accor, dona dos hotéis Sofitel, em outros países. A iniciativa é parte de um projeto de reestruturação da rede hoteleira que já consumiu quase 1 bilhão de dólares nos últimos seis anos. Cerca de 1 200 funcionários do grupo no Brasil frequentaram aulas de etiqueta e depois foram a campo. As aulas práticas consistiam em fazer funcionários com

média salarial de 800 reais passar-se por clientes de alta classe e, nessa condição, visitar joalherias, butiques e restaurantes de luxo. O objetivo foi ajudá-los a entender melhor as necessidades dos hóspedes da rede.

No fim do treinamento, os funcionários foram incentivados a escrever sobre sua experiência. Garçons, porteiros, camareiras, manobreiros e atendentes produziram reflexões curiosas sobre a inversão de papéis em que se viram metidos. O garçom William Correia da Silva, de 29 anos, com salário de 700 reais e telefone cortado por falta de pagamento, escreveu que o curso o fez ficar mais exigente. No treinamento, ele visitou uma butique, onde lhe ofereceram uma jaqueta de 800 reais. "Fui muito impressionado, mas acho besteira tudo isso porque não é possível que uma jaqueta de 50 reais esquente menos do que uma de 800", afirma. Visitar lojas como Louis Vuitton, H. Stern e Mont Blanc

como se fossem clientes deu aos funcionários do hotel uma vivência que lhes será útil na volta ao trabalho. Mas foi para todos eles uma experiência inesquecível. "Incorporei o barão. Pedi um vinho de 350 reais, mas minha mãe ficou preocupada de nos tratarem mal no restaurante. Éramos os únicos negros do hotel", conta o cozinheiro Jutaf da Veiga, 28 anos, salário de 500 reais, que, escolhido como o melhor funcionário, ganhou uma semana de hospedagem com tudo pago e despesas liberadas em um dos hotéis da rede. "No fundo queríamos que eles percebessem que o luxo vai além de ter carros caros ou relógios cravejados de brilhantes. Tratar bem e ser bem tratado é um luxo, um bem raro e valorizado no mundo de hoje", diz Paulo Salvador, gerente-geral do Sofitel. Os funcionários mais qualificados da rede também fizeram sua imersão no mundo do alto luxo, só que, no caso deles, as aulas práticas foram em Paris. ■



O ESTADO DE S.PAULO

Julio Mesquita
(1891-1927)
DIRETOR:
Ruy Mesquita

MOÇAS DE FINO TRATO

Jornal 02- 11-11205



Adriane Fernandes

Empresária de “eventos”, agenciadores de mulheres ou simplesmente cafetina, Jeany Mary Córner-a mulher que 05 teria agenciado garotas de programas para políticos, com recursos das empresas de Marcos Valério-é a ponta do iceberg de um negócio de 10 tamanho antártico que transformou a profissão mais antiga do mundo em uma

maquina lucrativa.

Uma mulher como Bruna, 20 anos, tem vida paralela desconhecida pela família, troca às apertadas 15 repúblicas por flats caros e os anúncios, por sites especializados. O corpo turbinado, o rosto bonito, o fino gosto e com nível superior. É esse o perfil das novas garotas de programas.

Alicea, 23 anos, começou na profissão este ano. Enfermeira pulou de um emprego num hospital público para um leito de um flat onde atende na Zona Sul do Rio de Janeiro. “Nunca ganhei tanto dinheiro” conta ela, que faz um curso de inglês intensivo para atender melhor os turistas que 20 procuram seu “tipo exportação”: mulata, bonita, 1,60m de altura e 105 cm de quadril.

Já existe blog formado por uma extensa rede clandestina que sobrevive a todos os governos, o negócio da prostituição passa hoje por mudanças significativas. A internet revolucionou a relação das chamadas “modelos” com suas ditas empresarias. Muita já atua por conta própria e contam apenas com sua agenda de contatos dos clientes especiais. A paulistana Bruna, por exemplo, só 25 atende através de seu blog. Ali, na rede, ela se agencia e compartilha com clientes e curiosos o dia-a-dia de uma carreira que começou a dois anos, quando, revoltadas com pais super controladores, fugiu de casa. “Fingi que ia para escola e saí andando sozinha pela cidade, com uma sacola contendo as roupas, os acessórios e o dinheiro necessário para o alimento do dia... essas coisas necessárias” recorda. Recortei endereços de casas noturnas no jornal e fui pedir emprego lá. Não 30 era o ideal, mas deu tudo certo, graças a Deus”, completa.



O ESTADO DE S.PAULO

Julio Mesquita
(1891-1927)
DIRETOR:
Ruy Mesquita

Jornal 02-Texto 02



Leonardo DiCaprio, como policial infiltrado no novo filme de Scorsese retoma aspectos de "Gangues de Nova York".

Diretor assina filme de forte teor político

11/12/2005 **Jornal N° 01 - Texto 01**

Matt Damon, um dos protagonistas de "os infiltrados", elogia autenticidade de longas do direto

Não existe paz, habitualmente, nos filmes de Martin Scorsese. O conflito é sem fundamento. Não existe um minuto de paz em "Infiltrados": estamos em Boston e a polícia tenta organizar uma operação contra a gangue de Frank Costello (Jack Nicholson). Para tanto, convoca o explosivo policial Billy Costigan (Leonardo DiCaprio) para a ingrata missão de se infiltrar entre os mafiosos. Em um filme, existe a autenticidade que não há como imitar na telas com Marty [Scorsese] e ela se deve ao fato de que ele usam apenas pessoas reais, mas também ao acesso que os atores têm a essas pessoas reais, para compreender ao máximo os personagens que eles representam", conta. Este filme retoma certos aspectos de "gângues de Nova York", como a idéia da ação secreta de alguém que se une ao inimigo visando aniquilá-lo. Se "gângues" faziam referência à origem violenta, bárbara de Nova York, que seria uma espécie de segunda natureza da nação, aqui, Scorsese se refere, à hora tantas, a um país onde todo mundo odeia todo mundo. Dito isso, um teatro está às voltas com o tema da traição que é um sucedâneo da espionagem no sentido de jogo duplo, desde que os personagens, o mais antagonista, representem papéis: ser o que são e também seus contrários. Esse jogo nos conduz por um estranho xadrez em que o bem e o mal tornam-se instituições intercambiáveis. O mocinho e o bandido são figuras num espelho. Quem é um e

quem é outro? Qual é a realidade e qual é a aparência? Essa é a questão que o mundo contemporâneo nos coloca todo tempo: o que é simples imagem e que imagem contém verdade?

Mas esses "personagens-espelhos" existem neste país em que todo mundo se odeia e isso faz diferença no filme. É possível que as pessoas não se odeiem

mais, "nesse país", do que em qualquer outra parte do mundo, mas para Scorsese isso não minimiza o fato de haver aí uma disfunção. Desta vez o conflito se reveste de um caráter ético-político claro, como nos filmes do diretor do começo dos 70. Não por acaso, os infiltrados são chamados de "ratos" por Costello. Esses roedores acabam com tudo, minam tudo. Mas ele próprio, Costello, se serve deles, porque os ratos não são uma anomalia, eles são fundamentos do funcionamento desse mundo. À medida que o filme evolue, passamos, com efeito, do fato isolado, do drama individual dos dois homens, suas motivações e armas, para uma observação geral sobre o funcionamento das instituições. É a maneira cruel de Martin Scorsese observar o mundo a América em particular, não vem de hoje. É essa a maneira como adapta a um momento em que o cinema político parece ressurgir com força, colocando o tema da degradação dos costumes e da corrupção à frente: assim fazem Claude Chabrol ("A comédia do poder") e Nanni Moretti ("O crocodilo").



O ESTADO DE S.PAULO

Júlio Mesquita
(1891-1927)
DIRETOR
Ruy Mesquita

11/11/05 Jornal 02 – Texto 03

MENTE

MAIS LEVE

Lena Castellón

Nos EUA, tricô ajuda adolescentes ansiosos. E no Brasil a meditação é estudada contra hipertensão e depressão.

Um adolescente relatou que o fazer tricô é uma terapia. Um ponto aqui, outro ali. Os olhos grudados nos movimentos das mãos, mas ouvidos atentos ao que dizem em torno. O professor fala e os estudantes tricotam. Parece estranho, mas é assim que alguns alunos do Manhattan Center for Science And Mathematics, dos Estados Unidos, têm assistido aulas. A direção acredita que permitir a prática na sala não é prejudicial. Pelo contrário ajudaria

15 aprimorar a concentração. Em declaração dada recentemente ao jornal inglês The Times, uma assistente do diretor não apenas garantiu isso como acrescentou que os jovens também trabalham com papel caneta. O curioso é que essa não é única instituição americana a liberar o hobby em suas dependências. A atividade tão comum às nossas avós, virou mania nos EUA e no Reino Unido. A moda floresceu a cerca dois anos, gerou clube de tricô nas escolas e invadiu a Internet com sites e blogs sobre o tema.